



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Relatório de Gestão
Exercício 2006





Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

Marcio Thomaz Bastos

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Paulo Machado

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor-Geral

Hélio Cardoso Derenne

Chefia de Gabinete

Marcelo Paiva dos Santos

Coordenação-Geral de Operações

José Altair Gomes Benites

Coordenação-Geral de Administração

Marcelo Aparecido Moreno

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Sergio Max Bastos Lins

Coordenação de Ensino

Neemias Gonçalves de Carvalho

Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Policial Rodoviária

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Corregedoria Geral

Marcelo Gladson Pires

Gerente Executivo de Programa

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Missão Institucional

Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
1. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS – PERFIL INSTITUCIONAL.....	8
1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DPRF.....	9
1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS – UNIDADES GESTORAS.....	11
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	12
2.1. OBJETIVOS E METAS.....	12
2.1.1. <i>Identificação do programa governamental.....</i>	<i>12</i>
2.1.2. <i>Descrição do programa.....</i>	<i>12</i>
2.1.3. <i>Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa.....</i>	<i>12</i>
2.1.4. <i>Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária.....</i>	<i>12</i>
2.2. INDICADORES DE PARÂMETROS DE GESTÃO.....	13
2.3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	13
2.3.1. <i>Programa 0663.....</i>	<i>13</i>
2.3.2. <i>Programa 1386.....</i>	<i>18</i>
2.3.3. <i>Programa 0750.....</i>	<i>20</i>
2.4. <i>Medidas adotadas para sanear as disfunções detectadas.....</i>	<i>21</i>
2.5. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS:.....	22
2.6. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	22
2.7. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS COM RENÚNCIA FISCAL.....	22
2.9. GASTOS COM CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	24
3. GESTÃO OPERACIONAL.....	25
3.1. AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS.....	25
3.1.1. <i>Ocorrências registradas.....</i>	<i>25</i>
3.1.2. <i>Fiscalização por área de competência.....</i>	<i>25</i>
3.1.3. <i>Número de ações operacionais coercitivas realizadas:.....</i>	<i>26</i>
3.1.4. <i>Aprensões de drogas.....</i>	<i>26</i>
3.1.5. <i>Aprensões de contrabandos / descaminho.....</i>	<i>26</i>
3.1.6. <i>Aprensões de armamento.....</i>	<i>26</i>
3.1.7. <i>Aprensões de cargas.....</i>	<i>26</i>
3.1.8. <i>Aprensões de pessoas.....</i>	<i>26</i>
3.1.9. <i>Aprensões de produtos – fiscalização ambiental.....</i>	<i>27</i>
3.2. PATRULHAMENTO OSTENSIVO DA MALHA RODOVIÁRIA.....	27
3.3. RELATÓRIO DE OPERAÇÕES.....	27
3.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
3.5. CONCLUSÃO.....	33
4. ASSISTÊNCIA À SAÚDE, RESGATE E SOCORRO NAS RODOVIAS FEDERAIS.....	34
4.1. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES:.....	34
4.2. RESGATE E SOCORRO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS.....	35
5. GESTÃO DE MODERNIZAÇÃO.....	37
5.1. ADEQUAÇÃO FÍSICA E ESTRUTURAL:.....	37
5.2. ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA:.....	37
5.3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:.....	38

5.4. CONCLUSÃO:.....	39
6. CAPACITAÇÃO.....	40
6.1. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS:.....	40
6.2. ESTRUTURA DE CAPACITAÇÃO:.....	41
6.3. CONVÊNIOS FIRMADOS:.....	42
6.4. MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM 2006:.....	42
6.5. PREVISÃO DE MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS EM 2007:.....	43
6.5.1. <i>Eventos de capacitação propostos</i>	43
6.5.2. <i>Concurso Público</i>	44
6.5.3. <i>Convênios</i>	45
6.5.4. <i>Outras ações</i>	45
6.6. CONCLUSÃO:.....	46
7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	47
7.1. QUADRO DE PESSOAL:.....	47
7.2. QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS:.....	48
7.3. QUANTITATIVO DE PESSOAL CEDIDO E REQUISITADO.....	49
7.4. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS:.....	50
7.5. CONTROLE DA FOLHA DE PAGAMENTOS:.....	50
7.6. ACOMPANHAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTOS:.....	50
7.7. INFORMAÇÃO SOBRE ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO.....	51
8. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	52
8.1. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS.....	52
8.2. DESFAZIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS INSERVÍVEIS OU ANTIECONÔMICOS.....	53
8.3. PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO.....	54
8.4. PAGAMENTO DE DIÁRIAS:.....	54
9. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....	55
9.1. MACRO-OBJETIVOS 2006-2008.....	55
9.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DO EXERCÍCIO 2006.....	55
10. GESTÃO CORREICIONAL.....	57
10.1. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS.....	57
10.2. ANÁLISE DA CONSECUÇÃO DAS ATIVIDADES CORREICIONAIS.....	57
11. PROCESSOS DE CONTROLE.....	58
11.1. ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	58
11.1.1. <i>Providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU expedidas no exercício</i>	58
11.1.2. <i>Demonstrativo sintético de TCE Simplificadas</i>	58
11.1.3. <i>Demonstrativo sintético de TCE</i>	58
11.1.4. <i>Demonstrativo sintético de TCE que, antes de encaminhamento ao TCU, o dano foi ressarcido</i>	58
11.2. ATUAÇÃO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO.....	59
CONCLUSÃO.....	60
ANEXO I – Execução Orçamentária	
ANEXO II – Relatório dos Cursos realizados em 2006	
ANEXO III – Relação dos prestadores de serviços terceirizados/contratados	

ANEXO IV – Quadro de ocupantes de cargo comissionado

ANEXO V – Relatório anual de Licitações e Contratos

ANEXO VI – Relatório de contratações por dispensa e inexigibilidade de Licitação

ANEXO VII – Movimentação Anual do Almoxarifado e Relatório Periódico de Bens

ANEXO VIII – Demonstrativo dos dispêndios com diárias

ANEXO IX – Orientações estratégicas das ações do Departamento

ANEXO X – Demonstrativo sintético de TCE

ANEXO XI – Plano de Providências

Identificação do Órgão

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF

CNPJ: 00.394.494/0104-41

Órgão da administração direta do Poder Executivo vinculado ao Ministério da Justiça.

Endereço Sede: SEPN Qd. 506, Bloco C, Projeção 8 – Asa Norte – Brasília-DF
CEP 70.740-530

Website: www.dprf.gov.br

Código SIAFI: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal.
200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral.

Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2004.

Apresentação

O Relatório de Gestão é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a NE/SFCI/CGU/PR nº 03, de 28 de dezembro de 2006, a IN/TCU nº 47/2004 e DN/TCU nº 81/2006, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2006.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados dos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, 1386 – *Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal* e 0750 – *Apoio Administrativo*, no exercício de 2006. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2006 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2006 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, das Superintendências e dos Distritos Regionais. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

HELIO CARDOSO DERENNE
Diretor-Geral

1. Competências Legais e Regimentais – Perfil Institucional

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2004.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 05 Distritos Regionais, além de 156 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 395 postos fixos de fiscalização, totalizando, assim, uma estrutura com 550 pontos de atendimento em todo o território nacional.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

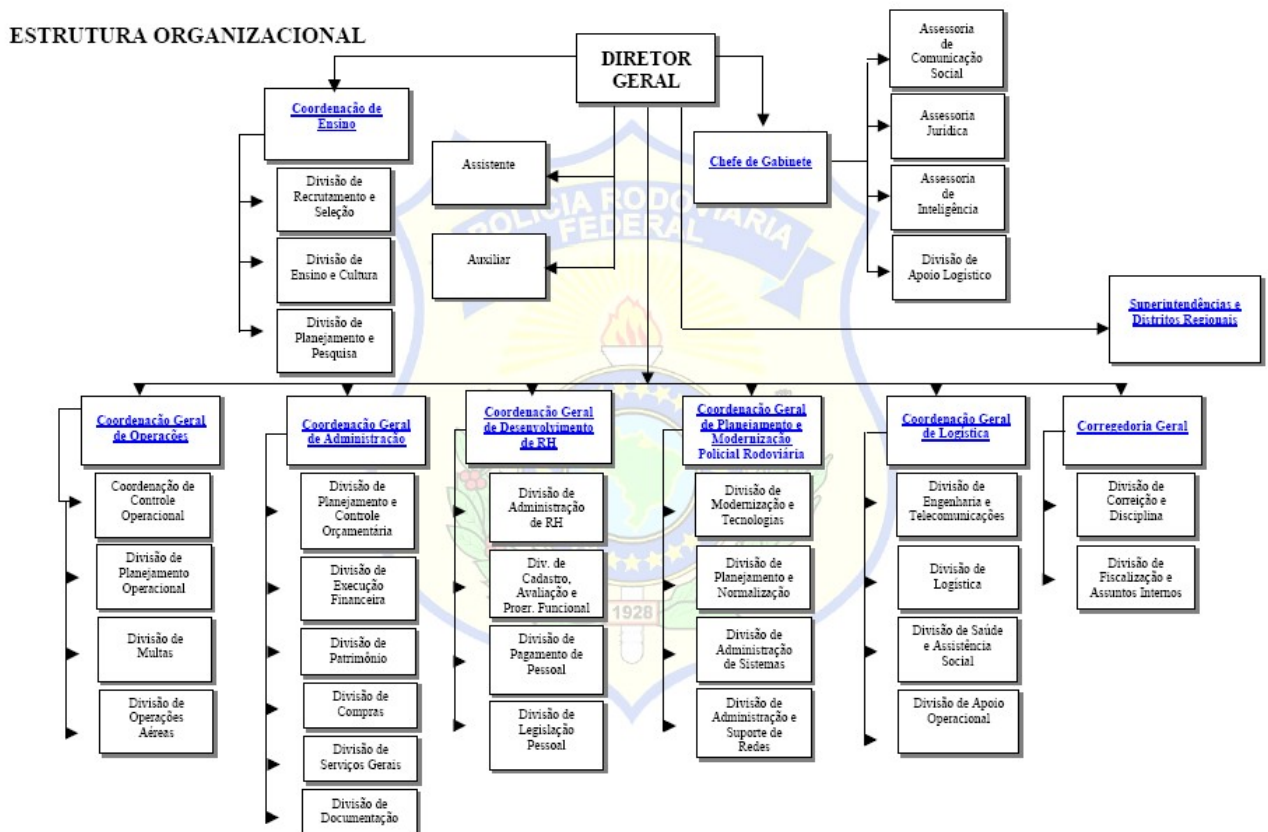
Nesse diapasão é que o Departamento vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Entretanto, para que o desempenho da Organização acompanhe esses níveis de exigência e gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, sendo que no ano de 2006 houve a formação de 800 novos policiais, havendo, entretanto, a necessidade de um quantitativo mais significativo de servidores, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

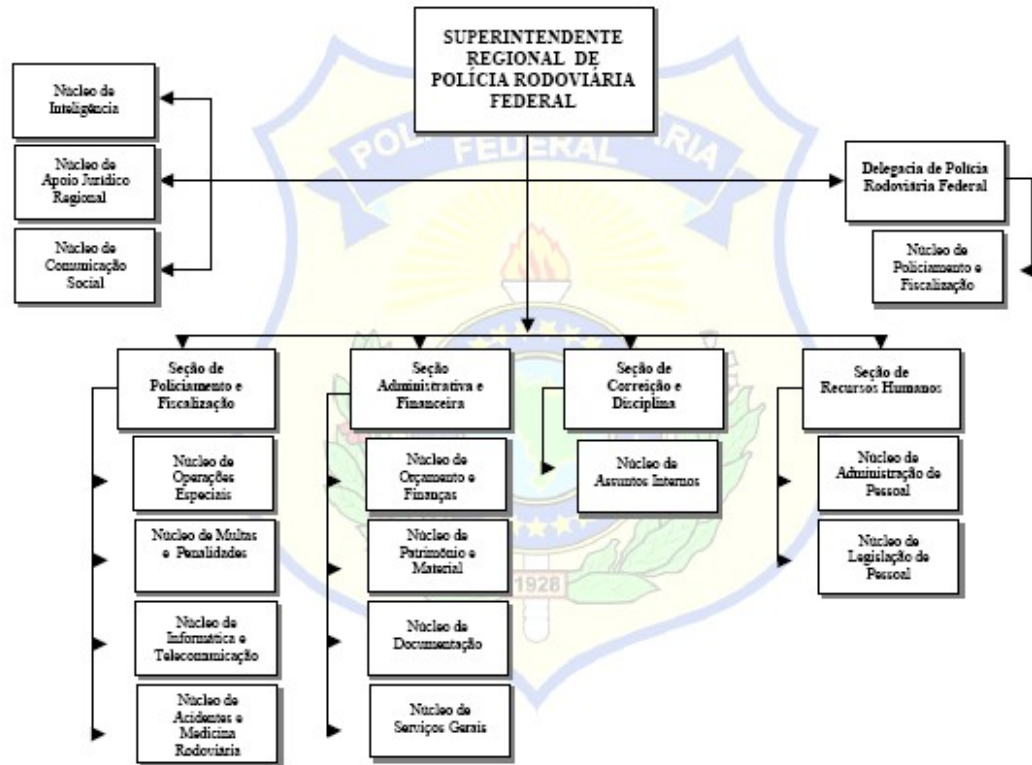
Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em recente auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal deste Departamento, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento.

Assim, torna-se necessária essa adequação da estrutura organizacional existente, para atender as freqüentes mudanças na legislação, como o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta, sendo que a estrutura organizacional atual é a seguinte:

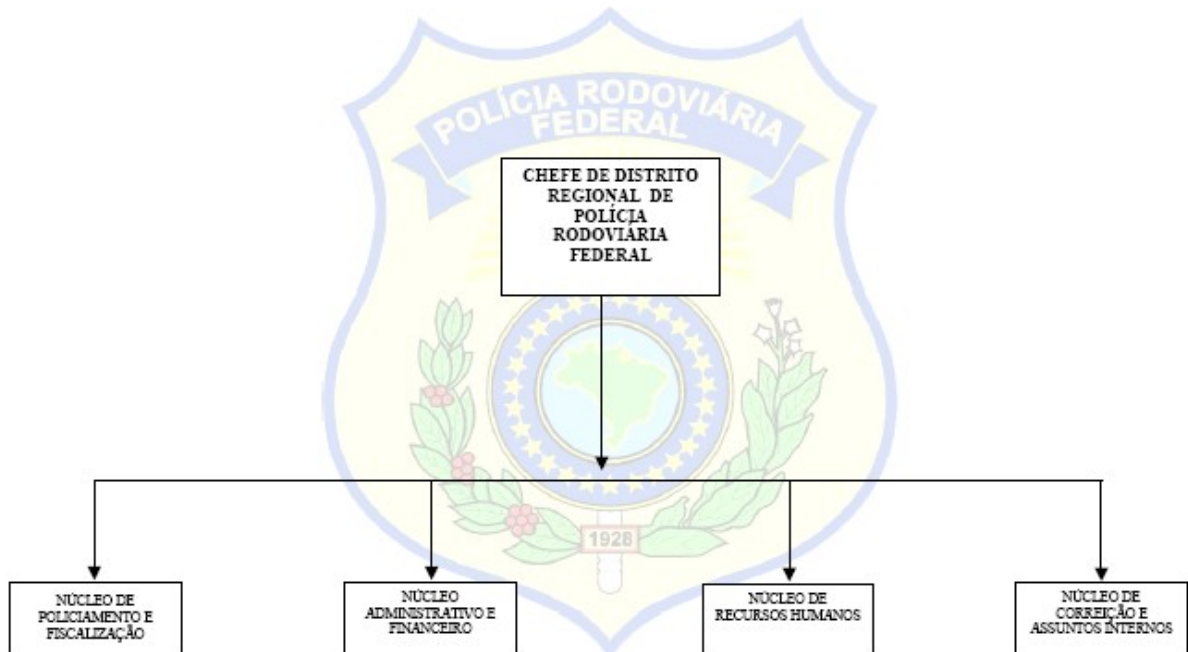
1.1. Estrutura Organizacional do DPRF



SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



CHEFE DE DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas – Unidades Gestoras

- 200121: 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Goiás
- 200120: 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso
- 200128: 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso do Sul
- 200115: 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais
- 200116: 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio de Janeiro
- 200117: 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – São Paulo
- 200118: 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraná
- 200125: 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Santa Catarina
- 200119: 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Sul
- 200114: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Bahia
- 200113: 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco
- 200126: 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
- 200129: 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Alagoas
- 200122: 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Paraíba
- 200123: 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Norte
- 200112: 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Ceará
- 200127: 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Piauí
- 200124: 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão
- 200111: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pará
- 200130: 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Sergipe
- 200131: 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rondônia e Acre
- 200141: 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Distrito Federal
- 200131: 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Tocantins
- 200110: 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amazonas
- 200233: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amapá
- 200232: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Roraima

2. Gestão Orçamentária e Financeira

2.1. Objetivos e metas

2.1.1. Identificação do programa governamental

No PPA 2004-2007, o DPRF é responsável pelos Programas Finalísticos 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e pelo programa 0750 – Apoio Administrativo. O programa 0663 é constituído por 10 ações, o programa 1386 é constituído por 05 ações e o programa 0750 por 06 ações, estas ações se classificam como projetos/atividades.

2.1.2. Descrição do programa

O Objetivo do programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Objetivo do programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

O Objetivo do Programa 0750 é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

2.1.3. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa

Programa 0663 – Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

Programa 1386 – Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750 – Não há indicador

2.1.4. Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária

Programa 0663

Meta Física 2006: Não foi pactuada meta física para 2006

Meta Financeira 2006 :

LOA 2006: R\$ 57.416.585,00

LOA 2006+ Créditos: R\$ 89.696.247,00

Obs: Não foram computados os valores das ações de competência do DNIT, pois o DPRF não tem gestão sobre essas ações.

Programa 1386

Meta Física para 2006: Não foi pactuada meta física para 2006

Meta Financeira:

-LOA 2006: R\$ 54.656.523,00

-LOA 2006+ Créditos: 65.940.328,00

Programa 0750

Meta Física para 2006: Não existe meta física para este tipo de programa

Meta Financeira:

-LOA 2006: R\$ 867.761.876,00

-LOA 2006+ Créditos: R\$ 1.099.005.342,00

2.2. Indicadores de parâmetros de gestão**Programa 0663**

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$

Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Operações

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Ia = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$

Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Operações

Obs: As fórmulas do programa 0663 serão readequadas na Avaliação do PPA em 2007.

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir o % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$.

Responsável pelo cálculo: Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização.

2.3. Análise crítica dos resultados alcançados**2.3.1. Programa 0663****METAS FÍSICAS:**

- Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais:

	Número de Mortos	Número Total de Vítimas
2005	6.408	75.997
2006.	6.116	72.182
Im 2005= (6.408 / 75.997)x100= 8,43 % Im 2006= (6.116 / 72.182)x100= 8,47%		

Como não foi pactuada meta, a análise crítica foi feita sobre o resultado do ano anterior, entendendo que a meta sempre será reduzir o número de mortos anualmente.

Consideramos o resultado de 2006 positivo, pois o número de mortos em 2006 foi menor do que em 2005, 292 vidas foram poupadas (redução de 4,56 % em relação ao ano de 2005).

O indicador informa que a porcentagem de mortos entre os feridos em acidentes de trânsito aumentou 0,02 % em relação ao ano anterior, o indicador revela que a gravidade dos acidentes está aumentando, podendo ser reflexo de colisões em alta velocidade, em virtude de melhorias na manutenção das rodovias, que repercutem no aumento de velocidade dos veículos nas rodovias e em conseqüência na gravidade dos acidentes.

- Taxa de variação de acidentes nas Rodovias Federais:

	Número de acidentes
2005	111.291
2006.	109.278
$Ia = ((109.262 - 111.291) / 111.291) - 1 = - 1,81 \%$	

Como não foi pactuada meta física, a análise crítica foi feita sobre o resultado do ano anterior, entendendo que a meta sempre será reduzir o número de acidentes anualmente.

Consideramos o resultado de 2006 positivo, pois o número de acidentes em 2006 foi menor do que em 2005, sendo 2.013 acidentes a menos (redução de 1,81 % em relação ao ano de 2005).

METAS FINANCEIRAS:

Dotação LOA + Créditos: R\$ 89.696.247,00

Valor Executado: R\$ 64.645.806,14 Execução= 72,07 %

Recurso Contingenciado: R\$ 24.330.348,90

Dotação Real: 65.365.898,10 **Execução Real: 98,90%**

Excluindo-se os recursos contingenciados, a execução financeira deste programa foi de 98,90%, entendemos que a porcentagem de execução financeira foi satisfatória, não atingindo 100% devido a problemas de liberação de cota financeira ao final do ano.

2.3.1.1. Funcionograma do Programa 0663

Ação 2524- Capacitação do Policial Rodoviário Federal.

Finalidade: Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Ação 2723- Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais

Finalidade: Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Ação 2816- Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Finalidade: Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

Ação 2866- Ações de Caráter Sigiloso

Finalidade: Garantir a segurança do Estado e da sociedade.

Ação 2B11- Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Finalidade: Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Ação 4290- Atividade de Saúde nas Rodovias Federais

Finalidade: Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Ação 4526- Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Finalidade: Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.

Ação 4641- Publicidade de Utilidade Pública

Finalidade: Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Ação 86A1-Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Finalidade: Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.

Ação 4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Resultado das ações constantes do Programa:

4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (equipe instalada e disponível)		135	102	75,56
Financeiro	R\$ 300.000,00		R\$ 269.482,00	89,83

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (servidor capacitado)		1.818	4.003	220,19
Financeiro	R\$ 174.000,00		R\$ 88.879,00	51,08
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 63.318,87	R\$ 110.681,13	R\$ 88.879,00	80,30%

2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (policial formado/capitado)		5.840	11.082	189,76
Financeiro	R\$ 3.018.667,00		R\$ 2.892.657,00	95,83
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 2.048,98	R\$ 3.016.618,02	R\$ 2.892.657,00	95,89%

2866 - Ações de Caráter Sigiloso				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 100.000,00		R\$ 73.063,00	73,06

2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (trecho monitorado)		1.500	1.300	86,67
Financeiro		R\$ 5.500.000,00	R\$ 4.861.986,00	88,4
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 495.566,64	R\$ 5.004.433,36	R\$ 4.861.986,00	97,15%

4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (operação realizada)		331	841	254,08
Financeiro		R\$ 1.000.000,00	R\$ 606.552,00	60,66
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 390.260,74	R\$ 609.739,26	R\$ 606.552,00	99,48%

2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (rodovia policiada)		69.000	61.129	88,59
Financeiro		R\$ 63.053.580,00	R\$ 44.855.367,00	71,14
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 17.907.236,79	R\$ 45.146.343,21	R\$ 44.855.367,00	99,36%

86A1 - Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (multa processada)		1.484	1.478.050	99599,06
Financeiro		R\$ 16.000.000,00	R\$ 10.809.544,00	67,56
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 5.187.520,04	R\$ 10.812.479,96	R\$ 10.809.544,00	99,97%

4641 - Publicidade de Utilidade Pública				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro		R\$ 150.000,00	R\$ 34.130,00	22,75
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 34.130,00	34,13%

2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (operação realizada)		312	116	37,18
Financeiro		R\$ 400.000,00	R\$ 154.154,00	38,54
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 234.396,84	R\$ 165.603,16	R\$ 154.154,00	93,09%

2.3.2. Programa 1386

METAS FÍSICAS:

- Coeficiente de adequação das instalações físicas

% de postos adequados Fisicamente	46,34 %
% de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação	85,77%
% de postos adequados quanto a Viaturas	36,25%
Icaif = $(46,34 \% + 85,77 \% + 36,25 \%) / 3 = \mathbf{56,12\%}$	

O indicador informa que 56,12 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Como se trata de um programa novo, não foi pactuada meta física de adequação dos postos em 2006.

METAS FINANCEIRAS:

Dotação LOA + Créditos: R\$ 65.940.328,00

Valor Executado: R\$ 52.398.272,64 Execução= 79,46 %

Recurso Contingenciado: R\$ 10.710.248,56

Dotação Real: 55.230.079,44 **Execução Real: 94,87 %**

Excluindo-se os recursos contingenciados a execução financeira deste programa foi de 94,87%.

2.3.2.1. Funcionograma do Programa 1386

Ação 1D49- Construção do Edifício Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Finalidade: Construção de um edifício para instalação da Sede Central da Polícia Rodoviária Federal.

Ação 11MC- Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Finalidade: Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.

Ação 1821-Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Finalidade: Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.

Ação 1835- Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Finalidade: Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Ação 7061- Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Finalidade: Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.

Resultado das ações constantes do Programa:

7061 - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (veículo adquirido)		450	479	106,44
Financeiro	R\$ 30.500.000,00		R\$ 30.494.430,00	99,98

1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (imóvel construído)		1	0,03	2,8
Financeiro	R\$ 1.000.000,00		R\$ 112.931,00	11,29

11MC - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (imóvel construído)		5	3,34	66,8
Financeiro	R\$ 1.100.000,00		R\$ 515.635,00	46,88

1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (unidade provida com sistema de comunicação)		470	453	96,38
Financeiro	R\$ 27.373.513,00		R\$ 16.850.124,00	61,56
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 10.256.449,41	R\$ 17.117.063,59	R\$ 16.850.124,00	98,44%

1821 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (unidade reformada)		35	6,85	19,57
Financeiro	R\$ 5.966.815,00		R\$ 4.425.155,00	74,16
Recurso Contingenciado		Dotação Real	Realizado	% Real
	R\$ 453.799,00	R\$ 5.513.016,00	R\$ 4.425.155,00	80,27%

2.3.3. Programa 0750

METAS FÍSICAS:

Este é um programa comum a todos os órgãos da Adm. Pública Federal, para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.

METAS FINANCEIRAS:

Dotação LOA + Créditos: R\$ 1.099.005.342,00

Valor Executado: R\$ 1.085.657.079,00 Execução= 98,79 %

Recurso Contingenciado: R\$ 10.710.248,56

Dotação Real: 1.088.295.093,00 **Execução Real: 99,76 %**

Excluindo-se os recursos contingenciados a execução financeira deste programa foi de 99,76%.

2.3.3.1. Funcionograma do Programa 0750

Ação 2000- Administração da Unidade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Ação 2004- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Ação 2010-Assistência Pré-Escolar aos Dependentes e dos Servidores e Empregados

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes

Ação 2011-Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União

Ação 2012- Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Resultado das ações constantes do Programa:

2000 - Administração da Unidade			
	Previsto Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 878.884.685,00	R\$ 874.652.012,00	99,52%
Recurso Contingenciado	Dotação Real	Realizado	% Real
R\$ 3.841.329,39	R\$ 875.043.355,61	R\$ 874.652.012,00	99,96%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	35124	9400	26,76%
Financeiro	R\$ 12.883.587,00	R\$ 4.688.599,00	36,39%
Recurso Contingenciado	Dotação Real	Realizado	% Real
R\$ 8.127.173,00	R\$ 4.756.414,00	R\$ 4.688.599,00	98,57%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	3464	3144	90,76%
Financeiro	R\$ 3.437.077,00	R\$ 2.601.352,00	75,69%
Recurso Contingenciado	Dotação Real	Realizado	% Real
R\$ 759.906,00	R\$ 2.677.171,00	R\$ 2.601.352,00	97,17%
2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	4773	1204	25,23%
Financeiro	R\$ 5.108.963,00	R\$ 5.108.963,00	100,00%
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	10044	10464	104,18%
Financeiro	R\$ 16.372.665,00	R\$ 16.287.789,00	99,48%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais			
	Previsto Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 182.318.365,00	R\$ 182.318.364,00	100,00%

2.4. Medidas adotadas para sanear as disfunções detectadas

Programa 0663

- Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

Considerando que foram reduzidos tanto o número de acidentes, quanto o número de mortes nas rodovias federais, entendemos que os objetivos e metas do programa foram atingidos. Informamos ainda que os principais banco de dados utilizados como sistemas de controle dos programas são o SIAFI (execução financeira) e o SIGPLAN (execução física).

- Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Considerando que os objetivos foram atingidos, entendemos que deveremos melhorar os procedimento atualmente em utilização para continuar atuando com sucesso na diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias federais.

- Responsáveis pela implementação das medidas:

Considerando que os objetivos foram atingidos, os procedimentos operacionais deverão continuar a ser aplicados pelas áreas atualmente envolvidas de forma a manter os resultados já alcançados.

Programa 1386

Não há como analisar a questão de disfunções estruturais/situacionais que prejudicaram os resultados deste programa, pois, devido ser o primeiro ano do programa, não foi pactuado meta física para 2006.

Com os resultados de 2006 será possível ter um diagnóstico do programa e estabelecer metas físicas para 2007. Entendemos que a execução financeira de 94,87 % (retirando-se os recursos contingenciados) se encontra num patamar adequado.

Programa 0750

Não há como analisar os resultados, pois, para este tipo de programa, não existe meta física. Entendemos que a execução financeira de 99,76 % (retirando-se os recursos contingenciados) se encontra num patamar adequado.

2.5. Transferências de recursos:

	TIPO	OBJETO DA AVENÇA	DATA PUB. D.O.U.	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR RECEBIDO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
A.N.T.T.	CONVÊNIO	-Fisc. dos serviços de transporte rod. interestadual e internacional de passageiros; -Fisc. de serviços de transp. rod. nacional de cargas e intern. de cargas e prod. perig. na América do Sul; -Fisc. da habilitação das empresas, cooperativas e autônomos, prestadores do serviço de transp. rod. de cargas; -Fisc. e aplicação das penalidades por infrações relativas ao vale-pedágio; -Apoio à fiscaliz. das infrações do CTB no que couber.	12/Julho/2006	65% do valor arrecadado com multas ANTT.	R\$ 819.884,76	-Foram realizadas diversas operações entre elas: Operação Boa Viagem IX, X e XI, Operação Mamute, Operação Cidadania, Operação Transporte Seguro; -Foram realizadas outras 108 operações conjuntas DPRF x ANTT; -Total de 7.986 multas diversas; -Várias pessoas presas ou encaminhadas à Delegacia Policial; -Mais de 100 veículos flagrados realizando transporte clandestino de passageiros.
DEPEN	ACORDO	-Implementação e execução de atividades de policiamento e fiscalização no âmbito da BR – 277, que se encontra nas proximidades de estabelecimento penal federal, Cantanduvás – Paraná.	20/Novembro/2006	R\$ 705.000,00	R\$ 705.000,00	-Construção em andamento do Posto PRF nas proximidades do presídio; -Compra e recebimento dos móveis do posto.
S.A.M.U.	CONVÊNIO	-Oferecer à sociedade serviço especializado de atendimento pré-hospitalar móvel e de resgate às vítimas de acidentes e demais urgências/emergências, com posterior encaminhamento à rede assistencial do SUS.	25/Novembro/2004	-Suporte Básico: R\$ 6.250,00 * 120; -Suporte Avançado: R\$ 13.250,00 * 30; -Helicóptero: R\$ 34.500,00 * 2;	R\$ 1.840.000,00	-Objetivos e metas alcançadas com cerca de 3.000 atendimentos até o ano de 2006.

2.6. Projetos e programas financiados com recursos externos

Não foram registradas ocorrências dessa natureza no exercício de 2006.

2.7. Projetos e instituições beneficiados com renúncia fiscal

Não foram registradas ocorrências dessa natureza no exercício de 2006.

2.8. Execução orçamentária

A estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é constituída pela Administração Central, 26 unidades desconcentradas, 151 delegacias e 394 postos de fiscalização ao longo dos 61.819 km de rodovias federais.

Para cobrir os gastos com outras despesas correntes e investimentos seriam necessários pelo menos R\$ 472.166.178,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e setenta e oito reais), segundo informações prestadas pelos respectivos coordenadores de ação, na elaboração da pré-proposta orçamentária.

O limite da pré-proposta concedido pelo Ministério da Justiça foi de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a menos que em 2005. A despesa, ao contrário do limite, expandiu principalmente em virtude da construção de novos postos, repactuação dos contratos continuados, reajuste dos serviços públicos e contratação de novos servidores policiais.

Com o acréscimo da emenda parlamentar para aquisição de viaturas no valor de R\$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais), o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária consignado na Lei Orçamentária Anual de 2006 foi de R\$ 204.919.456,00 (duzentos e quatro milhões, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), para Investimentos e Outras Despesas Correntes.

Houve as seguintes alterações orçamentárias ao longo do exercício:

- Concessão de crédito suplementar no valor de R\$ 44.435.467,00 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais);
- Dotação cancelada/remanejada no valor de - R\$ 2.345.464,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais);
- Crédito extraordinário no valor de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais).

Em razão da redução da dotação orçamentária inicial de 2006, em comparação com a dotação de 2005, na ordem de R\$ 10.001.476,00 (dez milhões, hum mil, quatrocentos e setenta e seis reais), o bom funcionamento do Órgão foi amplamente comprometido. Dessa forma, as despesas de garantia de funcionamento (diárias operacionais, manutenção e abastecimento da frota, apoio administrativo, locação de mão-de-obra) precisaram ser reprimidas, assim como os investimentos.

Os limites orçamentários concedidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal precisam ser revistos urgentemente, uma vez que a sociedade clama por segurança pública. Os novos projetos ficarão comprometidos caso os limites orçamentários não sejam revistos.

Soma-se ao corte orçamentário acima exposto, o contingenciamento de parte da dotação inicial contemplada na LOA, na ordem de R\$ 5.711.152,25, bem como de todos os créditos suplementares concedidos, impactando no total de crédito empenhado em 2006, o qual foi R\$ 13.406.544,10 menor que o empenhado em 2005.

A cota de limite disponibilizada em 2006 foi R\$ 20.429.365,52 (vinte milhões, quatrocentos e vinte nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais, cinquenta e dois centavos) menor que a de 2005. Diferentemente do que ocorreu nos exercícios de 2003, 2004 e 2005, a cota de limite disponibilizada em 2006 foi menor que a dotação inicial. A insuficiente transferência de limite orçamentário para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal comprometerá o orçamento de 2007, uma vez que haverá um acréscimo considerável de despesas de exercícios anteriores.

A execução orçamentária do Órgão, conforme dados extraídos do sistema SIAFI (Anexo I), foi de 98,57% da cota de limite disponibilizada somada aos créditos extraordinários, cuja execução independe de limite orçamentário, totalizando o montante de R\$ 200.204.680,06 (duzentos milhões, duzentos e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e seis centavos) de crédito empenhado.

Apesar destas restrições, a execução da ação de aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento foi de praticamente 100%, dos R\$ 30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos mil reais) consignados na lei orçamentária, foram empenhados R\$ 30.494.430,00 (trinta milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta reais).

A arrecadação de multas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em 2006 foi de R\$ 107.330.904,21 (cento e sete milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e quatro reais e vinte e um centavos), bem inferior à dotação orçamentária consignada na fonte 174, R\$ 139.919.333,00 (cento e trinta e nove milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e trinta e três reais), o que obrigou a Secretaria de Orçamento Federal – MPOG, proceder a troca de fonte da dotação orçamentária sem cobertura financeira.

Os leilões de veículos oficiais realizados pelo órgão proporcionaram uma arrecadação de R\$ 5.900.483,61 (cinco milhões, novecentos mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), a prestação de serviços administrativos (escolta de veículos superdimensionados, emissão de AET – Autorização Especial de Trânsito e remoção de animais apreendidos), R\$ 1.729.810,49 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil, oitocentos e dez reais e quarenta e nove centavos) e o Serviço de Inspeção Veicular, R\$ 84.793,06 (oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e seis centavos).

2.9. Gastos com cartão de pagamento do Governo Federal

Conforme demonstrativo abaixo, no exercício de 2006 foram dispendidos R\$ 2.350,00 em despesas realizadas mediante o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Tais dados possibilitam, ainda, a visualização da série histórica de gastos dessa natureza.

Exercício de 2006				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	17/02/2006	R\$ 4.000,00	R\$ 140,00
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	19/01/2006	R\$ 2.000,00	R\$ 390,00
		14/06/2006	R\$ 2.000,00	R\$ 540,00
		03/10/2006	R\$ 4.000,00	R\$ 1.280,00
Soma			R\$ 12.000,00	R\$ 2.350,00

Exercício de 2005				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	12/12/2005	R\$ 5.000,00	R\$ 759,00
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	30/08/2005	R\$ 4.000,00	R\$ 875,00
Soma			R\$ 9.000,00	R\$ 1.634,00

Exercício de 2004				
Nome	CPF	Data emissão	Valor concedido	Valor executado
Givaldo Medeiros da Silva	020.357.784-17	07/04/2004	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00
Jucelia Torres da Silva	165.297.151-34	05/04/2004	R\$ 4.420,00	R\$ 4.140,07
Roberto Dourado Santos da Silva	200.474.953-91	01/04/2004	R\$ 1.370,00	R\$ 1.252,10
Pedro Sales dos Reis	221.099.002-53	28/07/2004	R\$ 4.000,00	R\$ 3.486,50
Cleber Tavares Rosa	610.752.561-00	19/04/2004	R\$ 1.480,00	R\$ 1.480,00
Soma			R\$ 13.230,00	R\$ 12.318,67

3. Gestão Operacional

A Polícia Rodoviária Federal tem por missão constitucional o exercício da Segurança Pública nas rodovias federais brasileiras. Para atender o chamamento constitucional opera em três vertentes: **Policiamento**, que compreende as ações de prevenção e repressão aos ilícitos penais; **fiscalização**, que compreende as atividades de ordenamento e fiscalização do trânsito; **atendimentos**, que engloba as missões de socorro aos usuários das rodovias, seja por vitimização em acidentes de trânsito, acometimento de enfermidade ou o próprio socorro mecânico.

Os esforços na área de fiscalização de trânsito tem por objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento ao usuário da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane no veículo, necessidade de orientação, ou até quanto aos residentes nas faixas lindeiras às rodovias quando precisam de socorro e têm na PRF o braço mais próximo do Estado pronto a oferecer-lhes amparo.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, tem o condão de garantir a paz pública na medida em que tira de circulação pessoas que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubados, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, entre outros. Essas ações buscam também combater exploração sexual contra crianças e adolescentes, trabalho em situação degradante (coibição do trânsito de veículos transportando pessoas para localidade onde ocorre essa prática). A PRF tem oferecido, também, decisiva contribuição no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para atingir esse índices a PRF elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacam as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, passageiros, peso, etc.), onde esses eventos mesclam atividades de fiscalização com atividades de Ensino, isto é, os policiais passam por um nivelamento de conhecimento que possibilita uma performance melhor na operação onde estiver empregado e o capacita a irradiar os conhecimentos no retorno à origem de lotação. O mesmo é feito na área de combate ao crime, onde policiais de diversas regiões são empregados nas áreas há destaque em ações de combate ao crime, de modo a instrumentalizar esses servidores a melhorarem a performance em sua área de labor diário.

O quadro a seguir demonstra numericamente os resultados alcançados.

3.1. Ações operacionais desenvolvidas

3.1.1. Ocorrências registradas

	2003	2004	2005	2006
Total de ocorrências registradas	105.055	112.457	111.291	109.278
Nº de acidentes c/ vítimas	38.558	40.771	42.026	43.706
Nº de acidentes s/ vítimas	66.497	71.686	68.060	65.572
Nº de feridos	60.326	66.117	69.589	66.066
Nº de mortes	5.780	6.119	6.408	6.116

3.1.2. Fiscalização por área de competência

Áreas de competência	2003	2004	2005	2006
Transporte de cargas	10	5	32	19
Transporte de produtos perigosos	22.466	40.636	39.406	33.287
Transporte de passageiros	2.216	6.019	5.899	8.456
Fiscalização de peso	21.556	19.850	16.658	5.479

3.1.3. Número de ações operacionais coercitivas realizadas:

Atividades realizadas	2003	2004	2005	2006
Total de veículos fiscalizados	7.657.906	6.845.280	6.405.872	7.017.174
Total de AI's extraídos	1.159.137	1.067.741	1.290.754	1.522.951
CNH's recolhidas	36.968	33.415	31.100	22.675
Veículos recuperados	3.678	3.600	3.220	3.593
Operações especiais	459	671	573	236
Operações eventuais	580	540	455	529
Operações integradas	425	539	449	189
Operações conjuntas com outros Órgãos	2.488	3.728	2.909	1.448
Operações de férias e feriados	1.293	1.893	1.269	991
Operações regionais	717	901	822	654
Operações de reforço de policiamento	940	1.085	742	246
Operações emergenciais	182	229	64	54
Operações de apoio a outros Órgãos	2.675	3.439	2.553	1.054
Comandos gerais	6.383	7.665	6.985	4.972
Comandos médicos	165	157	277	315
Comandos educativos	446	342	269	243

3.1.4. Apreensões de drogas

Drogas	Unidade	2003	2004	2005	2006
Anfetaminas	Caixa	2.483	11.248	4.637	1.351
Cocaína e subprodutos	Kg	527	2.040	2.251	3.303
Lança-perfume	Frasco	12.349	12.105	8.440	1.435
Maconha	Kg	43.957	44.593	46.785	46.633
Pés de maconha erradicados	Unidade	-	-	1.742.227	263.459

3.1.5. Apreensões de contrabandos / descaminho

Contrabando	Unidade	2003	2004	2005	2006
Bebida	Litros	60.141,13	84.231,00	106.949,10	168.618
Cigarro	Pacote	1.159.109	1.199.983	1.154.215	2.752.599
Eq. de informática / Eletrônicos	Unidade	135.242	208.886	441.992	402.498
CD/DVD	Unidade	676.479	711.109	1.936.517	7.526.548

3.1.6. Apreensões de armamento

Armamento	Unidade	2003	2004	2005	2006
De fogo	Unidade	1.617	1.050	1.024	1.436
Branças	Unidade	392	181	252	273
Munições	Unidade	76.909	78.401	64.268	117.204

3.1.7. Apreensões de cargas

Cargas	Unidade	2003	2004	2005	2006
Roubada	Unidade	272	223	197	235
Recuperada	Unidade	157	200	177	132

3.1.8. Apreensões de pessoas

Pessoas	Unidade	2003	2004	2005	2006
Detidas	Unidade	10.918	10.800	14.663 (a)	19.441
Menores recolhidos	Unidade	404	488	601	565

(a) Pessoas detidas em 2005 totalizou 14.663, diferindo do quantitativo informado no Relatório de Gestão 2005 em virtude de, na época, faltarem números a serem totalizados.

3.1.9. Apreensões de produtos – fiscalização ambiental

Produto	Unidade	2003	2004	2005	2006
Peixes	Kg	10.964	35.943	17.318	42.990
Madeira	M³	31.707	29.577	231.649	295.083
Carvão	M³	1.467	9.328	9.712	21.766
Animais silvestres	Unidade	3.820	7.787	9.743 (b)	14.051

(b) não foi considerada a apreensão de 60.000 alevinos realizada no Mato Grosso.

3.2. Patrulhamento ostensivo da malha rodoviária

A missão precípua da PRF consiste em garantir a fluidez e principalmente evitar a ocorrência de acidentes de trânsito.

Portanto, o policiamento ostensivo rodoviário, com base na ostensividade (presença física) e interventividade (disponibilidade para intervenção em situações de risco ou irregulares) figura como atividade de altíssima relevância.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de quilômetros percorridos a fim de cobrir a extensa malha policiada.

Dados referentes ao consumo de combustíveis e Km rodados pelas viaturas DPRF em 2006

Mês	Combustível	Taxa de Administração	Qte Trans.	Veic. Cadas.	Veic. Abast.	Gasolina	Alcool	Diesel	Querosene	Km Rodado
JANEIRO	R\$ 1.804.487,10	R\$ 106.120,50	13.433	3.186	1.960	643.011,00 L	4.133,00 L	68.488,00 L	27.189,00 L	4.405.590
FEVEREIRO	R\$ 1.793.294,85	R\$ 105.393,90	13.341	3.186	1.960	670.073,00 L	5.884,00 L	78.797,00 L	24.661,00 L	4.802.625
MARÇO	R\$ 2.015.986,98	R\$ 115.324,20	14.598	3.186	1.980	678.724,00 L	8.600,00 L	98.358,00 L	40.407,00 L	5.056.576
ABRIL	R\$ 1.841.783,14	R\$ 108.174,70	13.693	3.186	1.917	624.266,56 L	5.271,00 L	78.813,00 L	24.164,00 L	4.714.711
MAIO	R\$ 1.947.744,44	R\$ 112.140,50	14.195	3.186	1.917	672.648,00 L	4.700,00 L	98.140,00 L	32.647,00 L	4.925.510
JUNHO	R\$ 1.803.828,55	R\$ 104.659,20	13.248	3.186	1.916	571.367,00 L	3.885,00 L	163.732,00 L	27.946,00 L	4.527.713
JULHO	R\$ 1.824.743,18	R\$ 106.689,50	13.505	3186	1946	599.641,00 L	5.115,73 L	93.414,16 L	22.950,00 L	4.779.652
AGOSTO	R\$ 2.117.164,27	R\$ 123.314,80	15.609	3186	2056	636.003,78 L	4.018,31 L	136.677,36 L	38.559,00 L	5.654.761
SETEMBRO	R\$ 1.882.881,77	R\$ 114.651,80	14.513	3145	2051	575.702,23 L	4.057,61 L	134.328,00 L	22.679,00 L	5.026.583
OUTUBRO	R\$ 1.914.184,51	R\$ 115.592,80	14.632	3178	1998	565.552,99 L	4.530,63 L	159.126,99 L	25.866,00 L	5.359.517
NOVEMBRO	R\$ 1.811.652,07	R\$ 110.997,20	14.050	3178	1942	559.873,88 L	4.289,69 L	144.307,75 L	15.821,00 L	5.079.343
DEZEMBRO	R\$ 1.952.547,05	R\$ 118.065,50	14.945	3178	1942	572.508,83 L	5.048,17 L	158.247,38 L	29.477,00 L	5.275.598

TOTAL	R\$ 22.710.297,91	R\$ 1.341.124,60	169.762	-	-	7.369.372,27 L	59.533,14	1.412.429,64	332.366,00	59.608.179
--------------	--------------------------	-------------------------	----------------	----------	----------	-----------------------	------------------	---------------------	-------------------	-------------------

Média Mensal	R\$ 1.892.524,83	R\$ 111.760,38	14.147	-	-	614.114,36 L	4.961,10 L	117.702,47 L	27.697,17 L	4.967.348,25 L
Média Diária	R\$ 63.084,16	R\$ 3.725,35	472	-	-	20.470,48 L	165,37 L	3.923,42 L	923,24 L	165.578,28 L

Obs: Esta planilha foi confeccionada tendo por base informações disponibilizadas pela empresa Ticket S/A

3.3. Relatório de Operações

Dentre as operações na área de trânsito realizadas no exercício 2006, destacam-se as ações contidas no quadro a seguir:

Nome da ação	Efetivo envolvido	Resultados esperados	Resultados alcançados
Comando de Fiscalização de Transporte de Passageiros (O.M.005/2006-DFT) – DF.	06 PRFs e 05 fiscais da ANTT	Coibir irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros.	Satisfatórios
Operação Carnaval 2006 (O.M. 008, 009 e 010/2006/DFT) – MG, BA e SC.	34 PRFs	Reforço de policiamento em trechos críticos, face do número de acidentes de trânsito que historicamente aumentam no período carnavalesco. Garantir a fluidez e	Satisfatórios

Nome da ação	Efetivo envolvido	Resultados esperados	Resultados alcançados
		segurança do trânsito, bem como a regularidade e qualidade do transporte coletivo interestadual de passageiros e o combate às ações criminosas.	
Comando Paixão de Cristo (O.M. 022/2006-DFT) - DF	13 PRFs	Reforço de policiamento e prevenção de acidentes em virtude do aumento de fluxo de veículos devido ao feriado prolongado.	Satisfatórios
Operação Tiradentes (O.M. 024/2006/DFT) - BA	04 PRFs	Reforço de policiamento em trechos críticos de acidentes em face do aumento de fluxo de veículos previsto devido ao carnaval fora de época. Garantir a fluidez e segurança do trânsito, bem como a regularidade e qualidade do transporte coletivo interestadual de passageiros e o combate às ações criminosas.	Satisfatórios
Operação Corpus Christi (O.M. 044/2006/DFT) - DF	08 PRFs	Apoiar ao 1º DRPRF/DF em virtude do aumento no fluxo de veículos previsto em função do feriado prolongado.	Satisfatórios
Romaria de Muquém (O.M. 053/2006/DFT) - GO	02 PRFs	Reforço de policiamento e fiscalização nos trechos das rodovias sob a circunscrição da Delegacia de Porangatu da 1ª SRPRF/GO, considerando a realização da Romaria de Muquém na região de Niquelândia/GO	Satisfatórios
O.M. 055/2006/DFT – Reforço de Policiamento na Região de Blumenal/SC.	08 PRFs	Reforço de policiamento e fiscalização nos trechos de rodovias federais sob circunscrição da 8ª SRPRF/SC, em particular na BR 470 próximo a Blumenal, visando garantir a fluidez e a segurança do trânsito, bem como a regularidade e segurança do transporte coletivo interestadual de passageiros, devido ao acréscimo no fluxo de pessoas e veículos em decorrência de festividades naquela localidade.	Satisfatórios
Comando de Fiscalização de Transporte de Passageiros (O.M.056/2006-DFT) – DF.	05 PRFs	Coibir irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros.	Satisfatórios
Comando de Fiscalização de Velocidade (O.M. 063/2006/DFT) - RS	03 PRFs	Proporcionar segurança realizando fiscalização específica de excesso de velocidade com o auxílio de radares fotográficos.	Satisfatórios
Ordem de Missão 068/2006/DFT – Apoio ao 1º DRPRF/DF	30 PRFs	Enviar Reforço Policial (Viaturas e efetivo) ao 1º DRPRF/DF, conforme solicitado pelo Memorando nº 372/NPF/1º DRPRF/DPRF.	Satisfatórios
Comando de Fiscalização de Excesso de Peso (O.M. 071/2006/DFT) - DF	08 PRFs	Realizar comando em conjunto com o 1º DRPRF/DF, visando fiscalizar o excesso de peso nas rodovias federais.	Satisfatórios
Operação BH-Entorno (O.M. 077/2006/DFT) - MG	23 PRFs	Reforço de policiamento e fiscalização nas rodovias sob circunscrição da 4ª SRPRF/MG, na região metropolitana dos municípios do entorno de Belo Horizonte, de forma a atender as demandas de prevenção e repressão a crimes, de fiscalização às infrações de trânsito e do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.	Satisfatórios
Comando de Produto Perigoso (O.M. 079/2006/DFT) - DF	06 PRFs	Realizar comando específico de fiscalização de Produtos Perigosos no âmbito do 1º DRPRF/DF, reprimindo as irregularidades neste transporte	Satisfatórios
Operação Verão-BH (O.M. 080/2006/DFT) - MG	04 PRFs	Prestar apoio à 4ª SRPRF/MG, na realização da Operação Verão, na região de Belo Horizonte, conforme Ordem de Serviço nº 060/2006/CGO/DPRF, que estabelece o calendário nacional de operações do ano de 2006.	Satisfatórios
Operação Boa Viagem VIII, IX, X e XI	62 PRFs	Implementar reforço de policiamento e fiscalização	Satisfatórios

Nome da ação	Efetivo envolvido	Resultados esperados	Resultados alcançados
(O.S 013, 026, 036 e 040/2006/CGO) – GO, ES, PB e PR.		visando atender as demandas na fiscalização do Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros nas rodovias federais, de modo a torná-lo mais seguro para os usuários que o utilizam, assim como difundir as novas determinações legais impostas pela Lei 10.233/2001, Decreto 2.521/98 e Resoluções da ANTT.	
Operação Mamute (O.S. 029/2006/CGO) - MG - (COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS)	08 PRFs	Coibir irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros.	Satisfatórios
Operação Transporte Seguro (O.S 034/2006/CGO) MG e BA (COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS)	06 PRFs	Coibir irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros.	Satisfatórios
Operação Cidadania (O.S. 039/2006/CGO) – MG - (COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS)	29 JPRFs	Coibir irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros.	Satisfatórios

Foram realizadas pelo Núcleo de Motociclismo, diversas atividades de escolta a autoridades nacionais e internacionais, bem como Comandos Integrados entre policiais da CGO e CGA na área sob circunscrição do 1º DRPRF/DF.

Ainda dentre as operações realizadas, o DPRF realizou 841 (oitocentos e quarenta e uma) operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais, e em outros cenários, em apoio a outros órgãos de segurança. Dentre essas ações, destacamos:

01. OPERAÇÃO TRIÂNGULO SEGURO - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 038/2005–DCC/CGO, realizada no Estado de Minas Gerais no período de 03 a 15 de janeiro de 2006 com o objetivo de combater o alto índice de ocorrências de assaltos a ônibus de transporte interestadual de passageiros especificamente na área do triângulo mineiro, onde foram recuperados 07 veículos e presas duas pessoas em flagrante;

02. OPERAÇÃO PAMPA II - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 001/2006–DCC/CGO, realizada no Estado do Rio Grande do Sul no período de 18 de janeiro de 2006 a 04 de fevereiro de 2006 com o objetivo de apoiar a 9ªSRPRF/RS em ações ostensivas de repressão ao crime nas rodovias federais do Estado e atuar na segurança das autoridades que participaram do I SIMITUR em Bagé/RS, culminando com a prisão de 03 traficantes e o fechamento de um ponto de venda de drogas em Canoas/RS;

03. OPERAÇÃO TRIÂNGULO SEGURO II - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 001/2006–DCC/CGO, realizada no Estado de Minas Gerais no período de 24FEV a 06MAR06 com o objetivo de apoiar a 4ª SRPRF/MG no combate às crescentes ocorrências de assalto ao transporte interestadual de passageiros, principalmente na região conhecida como Triângulo Mineiro, onde foram presas 03 pessoas, apreendidas 03 armas de fogo, recuperado um veículo furtado com quatro menores que foram conduzidos à DP local;

04. OPERAÇÃO CACHOEIRA ALTA – GO - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 003/2006–DCC/CGO, realizada no período de 10 a 12 de março de 2006 no Estado de Goiás com o objetivo de apoiar a 1ª SRPRF/GO nas buscas aos assaltantes da agência do Banco do Brasil no município de Cachoeira Alta – GO, ocorrido no dia 06/03/06;

05. **OPERAÇÃO COBERTURA** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 002/2006–DCC/CGO realizada no Estado do Mato Grosso do Sul no período de 18 a 25 de fevereiro de 2006 para executar ações de repressão à criminalidade nas rodovias federais da região de fronteiras internacionais, com a cobertura de órgão jornalístico de âmbito nacional, para divulgar os esforços do DPRF no Combate ao narcotráfico, ao contrabando, ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil e outros crimes na Fronteira Oeste do País. Durante a operação, 08 pessoas foram presas em flagrante, apreendidos 120 kg de cocaína e 08 kg de maconha, entre outras ocorrências;

06. **OPERAÇÃO MICARETA** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 005/2006–DCC/CGO, realizada no Estado da Bahia no período de 19 a 26 de abril de 2006 para apoiar as ações de prevenção e combate à ilícitos nas Rodovias Federais por ocasião das micaretas;

07. **OPERAÇÃO MACUNAÍMA – RS** - estabelecida pela CG/DPRF com o fito de atuar em conjunto com o DPF no cumprimento de 20 mandados de prisões e 29 mandados de busca e apreensão, no Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao Combate de contrabando, descaminho, pirataria e corrupção em rodovias federais daquele Estado, no período de 16 à 17 de maio de 2006;

08. **OPERAÇÃO MAPEAR** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 003/2006–DCC/CGO, realizada em todos os Estados da Federação no período de 30MAR a 15MAI06 com o objetivo de realizar levantamento descritivo dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil nas rodovias federais;

09. **OPERAÇÃO PROTEGER** - estabelecida pela DCC/CGO através da Ordem de Serviço nº 004/2006 – CGO/DPRF, realizada no dia 18 de maio de 2006 em todo o território nacional com o objetivo de combater a exploração sexual infanto-juvenil, tendo em vista uma resposta a sociedade à aproximação do dia internacional. Na operação foram presas 09 pessoas, apreendidas 02 armas de fogo e 27 menores foram encaminhados aos órgãos de apoio à criança e adolescente;

10. **OPERAÇÕES SÃO PAULO e APOIO SP** - estabelecida pela CGO através das Ordens de Serviço nº 014 e 015/2006 – CGO/DPRF, realizada no Estado de São Paulo com colaboração de policiais dos Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Espírito santo e Distrito Federal, num total de 136 policiais, no período de 16 a 23 de junho de 2006 com o objetivo de prestar apoio à 6ª SRPRF/SP devido a grande sensação de insegurança ocasionada por ações de Organizações Criminosas no Estado de São Paulo contra as instituições de segurança pública, bem como também contra a sociedade civil;

11. **OPERAÇÃO BETIM – DESPERTAR/MG** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 010/2006–DCC/CGO, realizada no período de 22 a 28 de junho de 2006 no Estado de Minas Gerais com o objetivo de enfrentar às crescentes ocorrências de assalto ao transporte urbano de passageiros na região metropolitana de Belo Horizonte, particularmente nas proximidades de Betim. Foi apreendida uma arma de fogo, 14 munições e detidas 02 pessoas;

12. **OPERAÇÃO APOIO/GO** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 008/2006–DCC/CGO, no período de 06 a 08 de julho de 2006 com o objetivo de apoiar a 1ª SRPRF/GO no combate às crescentes ocorrências de assalto a cargas e ônibus interestadual na região Rio Verde – GO;

13. **OPERAÇÃO APOIO TRIÂNGULO III/MG** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 011/2006–DCC/CGO, realizada no Estado de Minas Gerais no período de 14 a 15 de julho de 2006 com o objetivo de apoiar a 4ª SRPRF/MG no combate a assalto à ônibus interestadual na região do Triângulo Mineiro, particularmente nas proximidades da cidade de Uberlândia;

14. **OPERAÇÃO NORDESTE** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 008/2006–DCC/CGO, realizada no período de 07 a 26 de julho de 2006 com o objetivo de apoiar a região Nordeste no combate a assalto à ônibus interestadual de passageiros;

15. **OPERAÇÃO ALIANÇA/SP** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 027/2006–CGO, em função da grande sensação de insegurança provocada na população brasileira devido à ações de grupos criminosos que estão efetuando ataques a instalações dos órgãos de segurança pública e de governo, além de ataques a agências bancárias e ao sistema de transporte coletivo do Estado de São Paulo e informações de migração de integrantes de organizações criminosas baseadas em São Paulo para os Estados limítrofes. Dentre os resultados, cabe informar a prisão de 955 pessoas, além do cumprimento de 28 mandados de prisão, a apreensão de 165,4 kg de cocaína, 4.135,5 kg de maconha, 40 armas de fogo, 1.388 munições, entre outras;

16. **OPERAÇÃO SÃO BENTO** - Estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 010/2006–DCC/CGO, com o objetivo de escoltar e monitorar o deslocamento de trabalhadores libertos na cidade do Rio de Janeiro/RJ para a cidade de São Bento das Redes/PB;

17. **OPERAÇÃO REFORÇO/DF** – Determinada através da Ordem de Missão 012/06/DCC/CGO, com o objetivo de apoiar o 1º DRPRF/DF, no cumprimento de mandados de prisões nos dias 15 e 16SET2006 na região do entorno em conjunto com as Polícias Civil e Militar do Goiás. Durante a operação foram presas 09 pessoas, apreendidas 03 armas de fogo, 85 munições, 55 latas de merla, 08 kg de cocaína e 01 kg de maconha, dentre outros;

18. **OPERAÇÃO TRIÂNGULO SEGURO III/MG** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 009/2006–DCC/CGO, com o objetivo de apoiar a 4ª SRPRF/MG no combate às crescentes ocorrências de assalto ao transporte interestadual de passageiros, principalmente na região conhecida como Triângulo Mineiro, no período de 06JUL06 a 14JUL06. Durante a operação foram recuperados três veículos produto de furto e três pessoas foram encaminhadas à delegacia local;

19. **OPERAÇÃO APOIO 1ª SRPRF/GO** - Operação estabelecida pela CGO através da Ordem de Missão nº 018/2006–DCC/CGO, com o objetivo de apoiar a 1ª SRPRF/GO no combate ao crime na região de Anápolis no dia 06OUT06;

20. **OPERAÇÃO APOIO SENASP/MS** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 006/2006 – CGO/DPRF, com o objetivo de prestar apoio à Força Nacional de Segurança Pública/SENASP/MJ, durante operação desencadeada pela mesma em Campo Grande/MS entre 31MAI e 15JUN2006;

21. **OPERAÇÃO MIKE TANGO/MT** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 011/2006–DCC/CGO, com o objetivo de combater o crime na região de fronteira Oeste, mais especificamente nas cidades de Cáceres, Comodoro e Rondonópolis no período de 24 a 29OUT06. Durante a operação foram apreendidos 23 veículos, 05 armas de fogo, 47 munições, 5,79 kg de cocaína, entre outros;

22. **OPERAÇÃO BH-ENTORNO/MG** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 042/2006–DFT/CGO, com o objetivo de apoiar a 4ª SRPRF/MG na fiscalização e repressão às ações de combate à criminalidade em geral, com ênfase às crescentes ocorrências de assalto ao transporte urbano de passageiros na região metropolitana de Belo Horizonte no período de 12 a 20NOV06. Entre outros resultados, foram detidas 18 pessoas, recuperados 06 veículos e apreendidas 11 munições;

23. **OPERAÇÃO ESCOLTA** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 013/2006–DCC/CGO, com o objetivo de escoltar e realizar o traslado de 02 presos de Arcoverde/PE para São Paulo/ SP entre os dias 21 e 24NOV2006;

24. **OPERAÇÃO TRANSITO INTENSO/SC** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 029/2006–DCC/CGO, com o objetivo de reforçar as ações de policiamento e fiscalização implementadas na 8ª SRPRF/SC, por ocasião das férias escolares e festas de fim de ano, no período de 28DEZ06 a 10JAN07;

25. **OPERAÇÃO TRIÂNGULO SEGURO IV** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 028/06-DCC/CGO, no período de 21 a 30DEZ06, com o objetivo de combater o assalto ao transporte interestadual de passageiros na região do Triângulo Mineiro/MG;

26. **OPERAÇÃO SERTÃO/PE** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 017/06-DCC/CGO, no período de 10 a 18DEZ06, com o objetivo de combater a criminalidade na região do Sertão Pernambucano, culminando com a prisão de 10 pessoas;

27. **OPERAÇÃO TUIUIU/MS** - estabelecida pela CGO através da Ordem de Serviço nº 033/06CGO/DPRF, para apoiar esforços da 3ªSRPRF/MS no cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão, determinados pela justiça federal em Mato Grosso do Sul;

28. **OPERAÇÃO AFRODITE** - desencadeada pela polícia Federal com apoio da PRF, no período de 13 a 15DEZ06, no Estado de São Paulo, para dar cumprimento a 19 mandados de prisão e busca e apreensão;

29. **OPERAÇÃO 290/DF** – estabelecida pela DCC através da OM 014/2006 com o objetivo de atuar em conjunto com o NOE do 1ºDRPRF/DF em ações de combate ao crime na região do entorno do Distrito Federal, culminando com a prisão de 06 pessoas, 01 arma, 24 munições e 50 gr. de maconha;

30. **OPERAÇÃO INSPCENTROS** – estabelecida pela CGO através da OS 009/2006, no período de 04 a 15ABR06, nos Estados de RJ, MS e MG, culminando com a realização de 04 palestras, com a apreensão de 1,02 kg de cocaína e a prisão de 02 pessoas por tráfico de drogas.

O DPRF participa ativamente das ações do Governo Federal no combate a criminalidade transnacional organizada, sobretudo naqueles que agridem os direitos humanos, onde destacamos as ações contra o trabalho escravo e infantil em parceria com DRT's, MP's e outros, a exploração sexual infantil, o tráfico de seres humanos, os crimes ambientais, a pirataria, dentre outras atividades.

3.4. Análise dos resultados

Todo o esforço empregado pelo DPRF teve por escopo garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como preservar a ordem pública e garantir a fluidez do trânsito, de modo a permitir o gozo da livre locomoção por parte do cidadão usuário da via.

Como se viu nos números apresentados, houve o fortalecimento do combate ao contrabando, descaminho e pirataria. Ação de interesse do Governo Federal e de toda a sociedade brasileira. A PRF passou a ter destacada atuação no Conselho de Combate à Pirataria. Outro feito digno da nota, foi o esforço em combate o trabalho escravo (309 trabalhadores libertados em 2005 e 662 em 2006) e o tráfico de seres humanos. A fiscalização desses ilícito já se incorporou à rotina de fiscalização da PRF.

Vale ressaltar, também, a destacada atuação no combate a exploração sexual de crianças e adolescentes (217 abusadores presos em 2006). Além das ações fiscalizadoras conceituadas a PRF promoveu seccionarias e participou de campanha educativas em todo o país. O meio ambiente tem sido uma preocupação constante da PRF. Diariamente, veículos que transportam madeiras ou animais silvestres são apreendidas e seus condutores presos em flagrante. Em todos esses enfrentamentos a PRF tem trabalho em parceria com órgãos federais (IBAMA, MPF, SRF, DPF, entre outros), Estaduais (PM, PC, DETRAN, etc), sem como com organismos internacionais, entre eles a OIT.

A missão precípua da PRF em prevenir de acidentes de trânsito foi tratada com muito esmero. Mais veículos foram fiscalizados, mais autuações. Entretanto, o que mais se buscou foi reforçar as rondas ostensivas, para tanto, mais viaturas foram adquiridas e se fez uma grande esforço para não haver restrições de abastecimento e de manutenção.

3.5. Conclusão

A Polícia Rodoviária Federal buscou no exercício de 2006 contribuir para a redução do custo Brasil, pois o acidente de trânsito, só nas rodovias federais, segundo estudos do IPEA, aproxima de 7 Bilhões de reais. Sua presença ostensiva, diária, diuturna objetivou garantir a paz pública. A vigilância, a mão estendida e o relacionamento com os usuários e com a população linceira à rodovia, buscou fazer da PRF, um organismo sempre presente no cotidiano daqueles que tem nas estradas federais o seu meio de locomoção.

Homens e mulheres à postos em mais de 500 pontos fixos, em todo o território nacional buscaram garantir a vida e a dignidade humana, seja fiscalizando o trânsito, combatendo a exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho em situação análoga à escravidão, o tráfico de seres e as agressões ao meio ambiente, o tráfico de drogas, o furto, o roubo. Enfim, se buscou dar à população usuária da rodovia mais tranquilidade e sensação de segurança – em última análise qualidade de vida.

4. Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias Federais

4.1. Assistência à saúde dos servidores:

Conforme a OMS, toda Instituição deve promover a saúde de seus servidores. É nessa hora que devemos ser cautelosos para não sermos omissos e contribuirmos com o percentual de “problemas”. É nosso dever cuidar da saúde de nossos trabalhadores.

Mesmo que de forma precária, o PROSSERV está começando a contribuir para um futuro melhor, onde os problemas de saúde serão tratados com atenção, e não com descaso. Descaso esse, que já levou muitos servidores a atitudes extremas, porque não tiveram o apoio necessário na hora certa.

Temos que lembrar que o ser humano é o maior responsável pelas ações da instituição. Não adianta equiparmos o físico, se o humano está desamparado. Quem vai operar os equipamentos? Hoje em dia não há que se questionar mais, a importância de se valorizar o ser humano. As empresas multinacionais divulgam que tiveram lucros, no momento que priorizaram o homem e resolveram direcionar atenção à qualidade de vida dos servidores.

Servidores motivados desempenham melhor suas funções. Para estar motivado, é necessário estar bem equilibrado. Por isso é importante o cuidado com a saúde, física e mental, com o social e o intelectual. A motivação é interior. Muitos estudos mostram que o dinheiro não é um fator motivacional e sim um reforço positivo para quem já está motivado. Para que ocorra a motivação é necessário que se crie oportunidades para que o emocional haja de forma a conseguir promover a motivação. Ninguém fica motivado se estiver com algum problema, ou se estiver insatisfeito.

Nessa esteira, durante os meses de janeiro e fevereiro os servidores contaram com a cobertura em saúde suplementar pela prestadora GEAP. Após decisão final do TCU, a qual determinou a dissolução da parceria através de convênio entre o DPRF e a GEAP, em fevereiro os servidores deste Departamento passaram por um processo de migração para o novo plano de saúde a ser contratado, sendo este a MEDIAL SAÚDE, vencedora de Licitação feita em 2005.

Os sindicatos mobilizaram ações judiciais com o objetivo de reaver o direito de servidores sindicalizados aderirem à GEAP no modo co-patrocinado, e em agosto os sindicatos do Paraná e Rio Grande do Sul conseguiram que fosse permitida tal adesão.

Na tabela abaixo temos os números de servidores e seus dependentes cobertos pela GEAP no Ano de 2006.

<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>
Janeiro	34.413
Fevereiro	34.413
Agosto	1.372
Setembro	1.819
Outubro	1.980
Novembro	2.032
Dezembro	2.053

A partir de fevereiro de 2006 foi assinado o Contrato Administrativo nº 02/2006 com a empresa MEDIAL SAÚDE, conforme Licitação efetuada em 2005 e em obediência à determinação da Corte de Contas da União.

Apesar de ser o Plano de Saúde Suplementar contratado pelo DPRF, o percentual de adesão à MEDIAL foi abaixo da expectativa representando aproximadamente 20% das adesões ao plano anterior, conforme tabela com os quantitativos de vidas aderidas no ano de 2006.

<i>Mês</i>	<i>Quantidade de vidas</i>
Março	1.493
Abril	3.485
Mai	5.352
Junho	5.718
Julho	6.310
Agosto	6.779
Setembro	7.072
Outubro	7.073
Novembro	7.148
Dezembro	7.138

4.2. Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

a) APH e Resgate:

Apesar do serviço de atendimento pré-hospitalar estar sendo executado na maioria das Unidades Regionais, precariamente, em razão da falta de efetivo capacitado, falta de recursos para adquirir os equipamentos necessários para equipar as viaturas de resgate e operacionalização dos serviços de APH, em algumas Superintendências tais atividades vêm sendo desenvolvidas por meio de convênios e parcerias com o Corpo de Bombeiros Militar, Universidades, Hospitais e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Convênio SAMU: O Convênio assinado entre o DPRF e o Ministério da Saúde em 2004, tem como objetivo oferecer à sociedade serviço de APH e resgate aos acidentados e demais urgências/emergências, sob regulação médica, à rede Assistencial do SUS, observadas as prioridades institucionais.

O acordo envolve o repasse pleno mensal de R\$ 1.216.500,00 e o repasse pleno anual de R\$ 14.598.000,00, para tanto as obrigações do DPRF são: disponibilizar ambulâncias e aeronaves, abastecimento periódicos das unidades, fornecer instalações físicas e meios de comunicação existentes, associar a logomarca SAMU-192, promover educação continuada conjunta, repor a frota e material permanente conforme disponibilidade financeira. As obrigações do Ministério da Saúde são: repasse mensal de R\$ 6.250,00 para cada ambulância de Suporte Básico de Vida, R\$ 13.250,00 para cada ambulância de Suporte Avançado de Vida e R\$ 34.500,00 para cada unidade de Suporte Avançado Aéreo, promover educação continuada conjunta, fornecer equipe de saúde complementar, limpeza e desinfecção das unidades, fornecer os protocolos de atendimento, emissão de relatórios, reposição de material permanente e de consumo.

A implantação e operacionalização do convênio começaram ainda em 2004 e tiveram um bom aproveitamento no ano de 2005. Muitas parcerias foram firmadas entre prefeituras e o DPRF e outras estão em estágios avançados de negociação e acordos de detalhes operacionais e financeiros.

Conforme atribuição subdelegada ao chefe da Divisão de Saúde e Assistência Social pelo Senhor Coordenador-Geral de Recursos Humanos/DPRF, através da portaria nº 55 de 17/02/2004, o mesmo é responsável por propor a aquisição de materiais/equipamentos de saúde a serem utilizados nas ambulâncias e Helicópteros do DPRF.

Quanto a Ação Atividades de Saúde nas Rodovias Federais foram montados alguns processos para aquisição de materiais e equipamentos relatados a seguir:

Processo nº 08650006892/2005-22 referente à compra de materiais de consumo e permanentes para atendimento pré-hospitalar e resgate, visando um atendimento de socorro a urgências, mais eficaz, aos usuários das rodovias federais. Houve sucesso na Licitação feita através do Pregão 025/2006, onde apenas 2 itens não foram contemplados, os quais não comprometem o trabalho, e um item foi cancelado por erro de descrição.

Processo nº 08650003445/2006-01 referente à compra de equipamentos para atendimento pré-hospitalar e resgate, neste caso aquisição de Desfibriladores (10 unidades) e Oxímetros (12 unidades) para as atividades de resgate nas rodovias. Houve sucesso na Licitação feita através do Pregão 031/2006, ficando a dever, por problemas de ordem administrativo financeira, a adituação dos 25% solicitados à referida compra.

Processo nº 08650003446/2006-47 referente à compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde Preventivos CSP, neste caso Equipamentos para Triagem na Sanidade Física em Medicina de Tráfego dos motoristas profissionais que participarem dos CSP. Houve sucesso na Licitação feita na qual foi adquirida a quantidade solicitada de acordo com a disponibilidade orçamentária para tal pleito, ou seja, 13 unidades.

Processo nº 08650004011/2006-10 referente à compra de 3 (três) Pranchas Rígidas para atendimento pré-hospitalar, realizada através de Dispensa de Licitação, com o intuito de substituir o item cancelado no Pregão 025/2006, obtendo-se êxito na aquisição das mesmas.

Outro ponto a ser relatado é a aquisição de 18 (dezoito) Ambulâncias sendo 09 (nove) Ambulâncias de Suporte Básico e 09(nove) Ambulâncias de Suporte Avançado, através do **Pregão 062/2006**, no qual também foram adquiridas outras viaturas operacionais.

O papel da Divisão de Saúde e Assistência Social foi elaborar as especificações técnicas para as referidas Ambulâncias. A distribuição dos equipamentos adquiridos dar-se-á entre as Superintendências e Distritos Regionais, de acordo com a prioridade de atendimento, conforme estatísticas de acidentes e operacionalidade das viaturas de resgate, equipes capacitadas disponíveis e empenho na execução das atividades de saúde nas rodovias.

Em relação ao número de unidades, utilizadas como referência, o DPRF apresenta 102 equipes que são caracterizadas como ambulância, recurso humano e base.

Os Comandos de Saúde avaliaram um total de 11.290 motoristas que poderão executar uma triagem maior em 2007 em razão da aquisição dos equipamentos para Triagem na Sanidade Física em Medicina de Tráfego e pela descentralização dos recursos da ação para que as regionais procurem sanar as dificuldades e carências encontradas em 2006.

Conclui-se, portanto, que a Divisão de Saúde e Assistência Social cresce em atividades e responsabilidades a cada ano, demonstrando competência na execução de suas ações. É fato que a falta de recursos limita o desenvolvimento de muitas das atividades e a burocracia atrasa a agilidade dos processos administrativos, porém muito foi feito em 2006, com perspectivas melhores para 2007.

Em relação aos aspectos de gestão os objetivos foram alcançados, mas poderiam ter sido melhor concluídos caso a liberação de recursos fosse mais organizada e diluída durante o ano, evitando transtornos por excesso de atividades em meses específicos.

Quanto a operacionalidade da divisão, a mesma se fez presente com eficiência e eficácia em diversas atividades afins, como os apoios de saúde e atendimento aos servidores, porém o aumento intenso da demanda, a efetividade fica comprometida pela limitação de verbas e recursos humanos.

5. Gestão de Modernização

5.1. Adequação física e estrutural:

No âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) no exercício de 2006, no que tange os aspectos de adequação das instalações físicas e de infra-estrutura, foram executados entre investimentos e serviços cerca de R\$ 5.054.000,00 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil reais) distribuídos por todas as Unidades Desconcentradas.

Foi realizada a construção de dois canis sendo um no Piauí e outro no Distrito Federal, duas delegacias no Piauí, um posto de fiscalização na Paraíba, além da complementação de dois postos cuja construção foi iniciada em 2005.

Cabe destacar que obras para construção de um posto de fiscalização no Amapá e outro em Roraima, ambos de fundamental importância, deixaram de ser contratadas em 2006, apesar de terem sido licitadas, em função de problemas de limite financeiro, ou seja, o recurso realmente disponibilizado para a ação foi inferior ao previsto na Lei Orçamentária.

As reformas procuraram obedecer a Instrução Normativa nº 10/2004/DG/DPRF, que regula o uso da Comunicação Visual do Órgão e tiveram o foco principal como sendo basicamente o de corrigir o déficit de infra-estrutura encontrado atualmente nos imóveis da Polícia Rodoviária Federal, permitindo condições mais adequadas de trabalho e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Embora a execução de 2006 tenha sido inferior ao previsto na Lei Orçamentária, pelas mesmas limitações de limite financeiro, havendo casos inclusive de obras que foram licitadas e não contratadas, o balanço anual foi bastante positivo. Foram contratadas reformas de 86 postos de fiscalização (aproximadamente 22,3 % do total de postos), das quais 41 tiveram valores até R\$ 15.000,00 (10,6% do total), 23 tiveram valores entre R\$ 15.000,00 e R\$ 40.000,00 (6% do total), 19 tiveram valores entre R\$ 40.000,00 e R\$ 100.000,00 (4,9% do total) e 3 tiveram valores acima de R\$ 100.000,00 (0,8% do total). Além dos postos foram reformadas 23 Delegacias, 10 Sedes das Unidades Regionais e construídos 8 poços artesianos.

Foi realizada ainda a aquisição de 479 (quatrocentos e setenta e nove) veículos especiais, destinados ao patrulhamento terrestre ostensivo das rodovias federais. Sendo 304 Astra/GM utilizados nas rodovias com bom pavimento e que permitem o emprego de sedans de médio porte; 79 Blazer/GM; 70 L-200/Mitsubishi utilizados para rodovias com condições adversas de trafegabilidade, necessitando de veículos diferenciados; 9 ambulâncias de Suporte Básico de Vida utilizados para o atendimento a vítimas de acidentes de trânsito; 9 ambulâncias de Suporte Avançado de Vida e 8 caminhões prancha utilizados para a remoção de veículos acidentados ou sem condição de circulação.

5.2. Atualização Tecnológica:

A integração de todos os postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal em uma rede de dados possibilitando a consulta on-line da situação de veículos e pessoas através de sistemas como o INFOSEG, RENAVAM, RENACH, CPF, CNPJ, etc. e vários outros sistemas internos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, tais como: Alerta (registro de furto/roubo de veículos), BR-Brasil (registro de ocorrências) destaca-se a implantação plena em todas as 395 (trezentos e noventa e cinco) unidades operacionais do módulo de acidentes, ROD-online

(Sistema de acompanhamento das atividades do órgão), SISCOM (Sistema de gerenciamento de infrações de trânsito), SRH (Sistema de Recursos Humanos), entre outros.

Foram executados R\$ 14.491.380,00 (quatorze milhões quatrocentos e noventa e um mil trezentos e oitenta reais) para a manutenção e atualização dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF, sendo renovada parte do parque de equipamentos de informática do DPRF, adquiridos 56 servidores para a sede e unidades regionais, 257 impressoras laser, 705 monitores, 23 scanners de produção, entre outros. Ainda, foi lançado o novo website do DPRF agilizando a obtenção de informações e prestando mais serviços on-line ao cidadão.

No ano de 2006 os investimentos em radiocomunicação concentraram-se em infraestrutura e equipamentos totalizando R\$ 2.358.742,99 (dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e setecentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos) sendo adquiridas 37 (trinta e sete) torres de comunicação novas, com projeto técnico, antenas e melhorias em segurança, instaladas em Unidades Operacionais de GO, MS, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, BA, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, SE, TO e AM, cerca de 400 (quatrocentos) transceptores de radiocomunicação entre fixos, móveis e portáteis para adequação à normativa de uso de canais de rádio-freqüência.

Também foi adquirido ferramental técnico e de medição para todas as Unidades Regionais para manutenção correta do sistema e aumento de sua disponibilidade e ainda acessórios de transceptores para uso operacional específico como Corpo de Motociclistas e Operações Especiais.

Conquistas do ano de 2006 para a área são a continuidade do programa de treinamento e especialização dos responsáveis por telecomunicações das Unidades Regionais e a inclusão da PRF no Grupo de Trabalho ANATEL, Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública o que aprimora o relacionamento da instituição com o ente regulador garantindo apoio às necessidades da PRF.

Foram adquiridos 53 novos radares fotográficos com a finalidade de automatizar a fiscalização de velocidade nas rodovias federais. A distribuição destes equipamentos foi feita segundo uma fórmula de cálculo que leva em consideração o número de óbitos, o número de vítimas e o número total de acidentes dos estados, tendo o peso mais alto para o número de vítimas fatais, priorizando desta forma os estados com os piores índices de acidentes.

Mais 256 etilômetros foram adquiridos para melhorar a fiscalização do grau de alcoolemia dos condutores, tirando de circulação aqueles sem condições de dirigir. Com a publicidade da utilização destes equipamentos pela Polícia Rodoviária Federal o principal objetivo é inibir os condutores quanto a ingestão de bebidas alcoólicas.

5.3. Análise crítica dos resultados alcançados:

Os resultados alcançados pelas ações executadas em 2006 são a diminuição do tempo de entrega dos boletins de acidentes ao usuário, devido a informatização da confecção gerada pela implantação do sistema BR-Brasil. O acidente é registrado minutos depois de acontecido em qualquer posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e disponibilizado on-line para qualquer outra unidade da PRF do país.

O tempo de fiscalização de veículos reduziu e tornou-se mais eficiente devido a disponibilidade da confirmação das informações através de sistemas como o INFOSEG, RENAAM, RENACH, etc. O novo portal do DPRF na internet permitirá o acesso aos mais diversos serviços prestados pela PRF, como a emissão de nada consta para veículos, a consulta a processos, a dados estatísticos, contato direto com a ouvidoria do DPRF, maior transparência na prestação de contas da instituição.

Os resultados apontados só foram possíveis devido a criação da infra-estrutura necessária para a informatização dos 395 postos da PRF com a aquisição de equipamentos de informática e infra-estrutura de rádio comunicação, além da conectividade. Em conexão com a rede de dados está o sistema de rádio comunicação que teve a sua cobertura ampliada tornando melhor a

qualidade da troca de informações entre viaturas e Unidades Operacionais e CIOPs para consultas, informações e despachos, reduzindo o tempo de atendimento de ocorrências e garantindo maior segurança ao policial.

Quatrocentos e setenta e nove (479) novos veículos estarão circulando no início de 2007 dando maior visibilidade a Polícia Ostensiva da União, sendo utilizados na prevenção de acidentes, fiscalização de trânsito e no combate ao crime. Foram adquiridos veículos diferenciados com a finalidade de auxílio ao usuário, sendo 18 ambulâncias que irão auxiliar a reduzir a gravidade e o número de mortos devido a acidentes de trânsito. Houve ainda a aquisição de 8 caminhões prancha utilizados para a remoção de veículos acidentados ou sem condições de circulação, agilizando a liberação das vias reduzindo o tempo de interdição nas rodovias.

As reformas das unidades operacionais proporcionaram melhoria do desempenho profissional dos policiais que contam com a estrutura condizente com as suas atividades. Houve melhoria na comunicação com os usuários, que visualizam melhor o posto da PRF nas suas viagens. Foram realizadas adequações para acessibilidade de portadores de necessidades especiais. As reformas nas unidades administrativas proporcionaram a melhoria no atendimento ao cidadão criando ambientes adequados ao atendimento ao público e ao exercício das funções administrativas agilizando desta forma o andamento dos procedimentos internos e reduzindo o tempo de atendimento de maneira geral.

Com as obras de construção dois pontos específicos foram enfocados; o primeiro é o estabelecimento de novas Unidades Operacionais em pontos críticos, identificados como sendo de maior relevância para o atendimento aos usuários das rodovias; o segundo é a criação de novas unidades estruturadas para suporte às operações com cães, as quais têm papel fundamental no combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

Com a aquisição dos equipamentos de fiscalização de velocidade com registro automático de imagens, haverá a redução do número de acidentes devido ao fato de que o cidadão ciente quanto a fiscalização rigorosa que será implantada tenderá a respeitar os limites regulares de velocidade. Somando aos radares estão os 256 etilômetros adquiridos aumentando a precisão da fiscalização de condutores com suspeita de terem excedido o limite de consumo de bebidas alcoólicas.

5.4. Conclusão:

O exercício de 2006 sob aspectos gerais, foi um ano muito bom para a PRF, principalmente para a área de modernização tecnológica. Muito se investiu em infra-estrutura e os resultados efetivos, já estão sendo colhidos.

Durante o exercício 2006 um grande avanço foi a implantação do sistema BR-Brasil e da melhoria do sistema de Multas da Polícia Rodoviária Federal, o primeiro por ser um sistema em desenvolvimento a cerca de 4 (quatro) anos de alta complexidade e que exigiu investimentos em infra-estrutura para todas as unidades de fiscalização, com a aquisição de computadores e a contratação de conectividade para todos os postos, o segundo por ser um sistema que visa a efetiva punição dos infratores no trânsito, contribuindo sensivelmente para a redução do número de acidentes nas rodovias federais, a certeza da aplicação das penalidades é um fator decisivo para a inibição de atos que desrespeitem a legislação de trânsito.

A renovação da frota foi realizada dentro de um parâmetro muito próximo do ideal, sendo que o investimento realizado em 2006 deve ser mantido e gradualmente ampliado durante todos os anos subsequentes, para que a população tenha um serviço condizente com as suas expectativas.

No exercício 2006 foram conquistadas etapas de modernização que terão seus resultados mais visíveis durante o exercício 2007.

6. Capacitação

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

No exercício de 2005 foram implementadas diversas ações de capacitação conforme se vê nos dados constantes abaixo.

6.1. Ações de capacitação realizadas:

Foram realizadas diversas ações de capacitação no exercício de 2006, chamamos a especial atenção para a formação de novos 830 servidores, sendo 800 candidatos regulares e 30 por determinação judicial, concretizando o processo iniciado em 2003, concluindo com a formação e contratação de 3.000 (três mil) servidores para o cargo de policial rodoviário federal.

Atualmente, em razão dos concursos públicos, a Coordenação de Ensino tem sob sua responsabilidade 865 (oitocentos e sessenta e cinco) processos judiciais em andamento.

Foram qualificados em termos gerais 15.085 (quinze mil e oitenta e cinco) servidores, o que equivale a dizer que aproximadamente cada servidor participou de duas ações de capacitação no exercício de 2006.

Em convênio com OIT/ONU iniciamos a qualificação de servidores na área de Combate ao Tráfico de Pessoas e Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em uma iniciativa sem precedentes envolvendo todos os servidores da área operacional, bem como servidores de outros órgãos e países.

No anexo I apresentamos relatório pormenorizados das atividades de capacitação realizadas no exercício de 2006, dividido por área de atividade, área de conhecimento e efetivo atingido.

Neste ano implementamos a Educação de Trânsito, através do projeto FETRAN da 2ª SRPRF/MT entre outras atividades ligadas à área, bem como inserimos um controle maior as atividades de Educação de Trânsito exercida por servidores deste Departamento, assim ao termino do exercício em levantamento parcial foram qualificados cerca de 209.871 (duzentas e nove mil e oitocentas e setenta e uma) pessoas.

A Coordenação de Ensino neste ano implementou programa de Educação a Distância, através do Projeto PRF@ONLINE , UnED e SEAT/SENASP, além de incentivar os servidores a

fazerem cursos na ENAP, foram disponibilizados cursos a distância pelo MPOG, sendo que foram qualificados mais de 2.000 (dois mil) servidores.

O detalhamento de todas as ações de capacitação realizadas no exercício de 2006 está contemplado no Relatório constante do Anexo II.

6.2. Estrutura de capacitação:

Atualmente a Coordenação de Ensino possui a seguinte estrutura para capacitação:

Telecentro de Fortaleza Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 15 lugares Centro de tutoria	BR 116, Km 06, Cajazeiras, Fortaleza/CE
Divisão de Recrutamento, Seleção e Seleção	1º andar edifício sede Salas 105 e 106
Núcleo de Cadastro, Recrutamento e Seleção	1º andar edifício sede Sala 106
Divisão de Ensino, capacitação e Cultura	1º andar edifício sede Salas 104, 107 e 108
Núcleo de Capacitação e Formação Profissional	1º andar edifício sede Salas 107 e 104
Divisão de Planejamento e Pesquisa	Mezanino edifício sede Salas 29B e 37A
CTCO – Centro de Treinamento regional do Centro-Oeste 8 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 180 alunos	Rua 7 de setembro nº 940, Centro, Aquidauana/MS
CTNE – Centro de Treinamento regional do Nordeste 4 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 120 alunos	BR 116, Km 06, Cajazeiras, Fortaleza/CE
CTSE – Centro de Treinamento regional do Sudeste 4 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 120 alunos	Rod. Pres. Dutra Km 163, Vigário Geral, Rio de Janeiro/RJ
CTS – Centro de Treinamento Regional do Sul 3 salas de aulas com multimeios, dojo, biblioteca, biblioteca eletrônica, refeitório, etc. alojamentos para 90 alunos	BR 290 Km 91 Porto Alegre/ RS
Em implantação Centro de Treinamento de Cachoeira Paulista/SP	Rua Antônio Saciloti Filho nº 380, Bairro Alto da Boa Vista, Cachoeira Paulista/SP

Telecentro de Brasília Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 30 lugares Centro de tutoria	Sala 37A mezanino
Telecentro de Aquidauana Sala web com 15 computadores Sala de vídeo com 15 lugares Centro de tutoria	Rua 7 de setembro nº 940, Centro, Aquidauana/MS
Biblioteca e Videoteca em estruturação no Edifício Sede	Sala 37A mezanino
Quadro de 253 (duzentos e cinqüenta e três) instrutores formados.	
Quadro de 16 (dezesseis) tutores de EaD formados.	
26 equipes de T&D 26 equipes de Educação de Trânsito	

6.3. Convênios firmados:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal têm vários convênios firmados e em efetivação, com a finalidade de aprimorar o conhecimento de seus servidores:

- a) Fundação Universidade de Brasília/UnB
- b) Centro de Educação a Distância/UnB
- c) Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP – SEAT - RENAESP
- d) Organização Internacional do Trabalho/ONU
- e) Tribunal Regional do Trabalho/CE
- f) Procuradoria da República
- g) Receita Federal
- h) Secretaria Especial de Direitos Humanos
- i) Ministério da Educação – Eproinfo
- j) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

6.4. Melhoria das condições de trabalho em 2006:

Redistribuição das salas da Coordenação de Ensino, ampliando o espaço físico, contudo ocorreu demora na instalação da rede lógica do mezanino, o que ainda não foi completado, falta de sistema de refrigeração nas novas salas do mezanino.

Aquisição de No-Break para o telecentro do CTCE e CTCO, fazendo com que os mesmos entrassem em operação.

Aumento do efetivo de servidores da área.

Liberação de crédito suplementar para capacitação e formação de novos servidores.

Transferência da área de planejamento e orçamento para a subordinação direta do Coordenador de Ensino.

Criação de grupo de trabalho responsável por eventos.

Criação do grupo de estudo para a implementação da Gestão da Qualidade no Serviço Público.

Criação do canal UnED, Educação a Distância na intranet, com o software livre moodle, com a designação de servidores exclusivos para a programação dos cursos.

Titularidade na Câmara Temática de Educação de Trânsito.

Participação nos Grupos de Trabalho da reestruturação das carreira de Policial Rodoviária Federal e de “Apoio Administrativo”.

6.5. Previsão de melhorias a serem implementadas em 2007:

Para o exercício de 2007 as atividades estão descritas no planejamento anual, bem como a implementação dos macro-objetivos deste Departamento, abaixo elencamos as principais:

Ação	Orçamento previsto
a) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	R\$ 250.000,00
b) Capacitação do Policial Rodoviário Federal.	R\$ 1.500.000,00

6.5.1. Eventos de capacitação propostos

<i>Evento</i>	Curso de atualização em condicionamento físico	Curso de atualização em salvamento	Curso de condução defensiva
<i>Público alvo</i>	Servidores graduados em educação física	Servidores qualificados na área	Instrutores de Direção defensiva
<i>Quantidade</i>	30 servidores	20 servidores	30 servidores
<i>Custo</i>	R\$ 49.100,00	R\$ 33.000,00	R\$ 49.100,00

<i>Evento</i>	Curso de atualização em armamento e armas não letais	Curso de atualização dos chefes de delegacias – área operacional	Encontro Nacional de Recursos Humanos
<i>Público alvo</i>	CGO	Chefes de delegacias	Servidores da área de Recursos Humanos
<i>Quantidade</i>	80 servidores	150 servidores	75 servidores
<i>Custo</i>	R\$ 110.900,00	R\$ 200.000,00	R\$ 151.250,00

<i>Evento</i>	T&D	Curso de especialização em Segurança Pública	Curso de especialização em Segurança Pública
<i>Público alvo</i>	Servidores responsáveis pelo T&D	Ocupantes de DAS e FG com graduação lotados na sede	Chefes regionais, com graduação
<i>Quantidade</i>	70 servidores	40 servidores	40 servidores
<i>Custo</i>	R\$ 167.500,00 (b)	R\$ 180.000,00 (b)	R\$ 180.000,00 (b)

<i>Evento</i>	Curso de especialização em Segurança Pública	Curso de gestão pública	Curso de SIAFI
<i>Público alvo</i>	Servidores de diversas regionais – Renaesp/SENASP	Ocupantes de DAS 101.6, 101.4, 101.3, 101.2 e 101.1	Servidores da área financeira e rh
<i>Quantidade</i>	40 servidores	40 servidores	40 servidores
<i>Custo</i>	R\$ 180.000,00 (b)	R\$ 49.500,00 (b)	R\$ 49.500,00 (a)

<i>Unidade</i>	<i>Publico alvo</i>	<i>quantidade</i>	<i>Tema</i>
SEAT	Servidores policiais	2.000	Segurança pública (diversos) Gestão pública Gestão corporativa Autodesenvolvimento
UNED	Servidores policiais	1.000	Software livre – BROffice Datatran Multas BR Brasil Redação oficial
UNED	Servidores área de Apoio	300	Software livre – BROffice Redação Oficial Lei 8112/90
CEAD/MPOG	Servidores área de Apoio	200	Redação Oficial Lei 8112/90
ENAP	Servidores área de Apoio e servidores policiais	350	Atendimento ao cidadão Desvendando a informática e-MAG - Modelo de acessibilidade do governo eletrônico Educação alimentar, nutricional e para o consumo Ética e Serviço Público Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira Introdução ao G N U/Linux Legislação aplicada à gestão de pessoas - Lei 8112/90 e legislação complementar Legislação aplicada à logística de suprimentos - Leis 8666/93 e 10520/02 Linux - interface gráfica Navegador Correio Mozilla Português no dia-a-dia Cursos Administração de redes Linux Administração de servidores Linux Análise e melhoria de processos Orçamento público: elaboração e execução Software Livre - OpenOffice.org - Apresentações Software Livre - OpenOffice.org - Editor de Texto Software Livre - OpenOffice.org - Planilha Eletrônica

6.5.2. Concurso Público

Policial Rodoviário Federal – no máximo 340 vagas.

6 (seis) meses de curso de formação

1 (um) mês a distância – matérias teóricas

5 (cinco) meses presenciais – práticas funcionais e históricas

Carreira de Apoio administrativo – aproximadamente 600 (seiscentas) vagas
2 (dois) meses de curso de formação
1 (um) mês a distância – matérias teóricas
1 (um) mês presencial – práticas funcionais e históricas

6.5.3. Convênios

Manutenção e ampliação dos convênios existentes: FUB/UnB, SEAD/UnB, SENASP, RENAESP/SENASP, OIT/ONU, TRT/CE, Procuradoria da República, Ministério Público, Receita Federal, Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Efetivação de novos convênios: ENAP, ESAF, ANP, INTERLEGIS/Senado Federal, Universidades Federais e particulares, Ministério da Defesa, DEPEN, ANTT, SEST/SENAT, Banco do Brasil, Petrobrás, DENATRAN.

6.5.4. Outras ações

Apoio a todas as áreas do Departamento, na organização e execução de eventos, através da equipe de eventos.

Atualização do Manual de Estágio Probatório deste Departamento.

Regulamentação e implementação da atividade física no âmbito do Departamento.

Revisão e acompanhamento das ações sob a responsabilidade da Coordenação de Ensino.

Regularização dos servidores sub-judice.

Criação das comunidades de trabalho e convivência: de Administradores Regionais (Direção-Geral, Superintendentes e Chefes de Distritos Regionais e substitutos), de Operações (CGO, SPF e NPF), de Recursos Humanos (CGRH e correspondente regional), de Chefes de Delegacias (CGO e Chefes de delegacias), de Capacitação (CGRH, COEN e correspondente regional), de Educação de Trânsito (CGRH, CGO, COEN e correspondente regional), de Instrutores (CGRH, COEN e instrutores). Software livre disponibilizado pelo MPOG, catir.softwarelivre.gov.br.

Confecção de vídeo institucional, sendo vídeo para divulgação externa – aprox. 10 minutos e vídeo para divulgação interna – aprox. 30 minutos.

Educação de trânsito com participação social: Nomeação de um servidor responsável em cada regional; Titularidade na Câmara Temática de Educação de Trânsito; Implementação do projeto FETRAN; Incentivo a ações nas escolas a margem das rodovias; Implementação de trabalhos nas escolas das cidades; Implementação de trabalhos nas empresas transportadoras.

Reestruturação institucional: colaborar nos estudos referentes ao aumento do número de cargos; propor nova estrutura para a área de ensino, baseado na estrutura atual, bem como apresentar a estrutura ideal para o exercício das atividades de ensino.

Publicar a Política de Ensino.

6.6. Conclusão:

A Coordenação de Ensino desenvolveu várias ações de capacitação durante esse ano. Podemos destacar o Curso de Formação Profissional por meio do qual foram capacitados 830 novos policiais durante o 1º semestre de 2006.

Em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto 5707/2006, desenvolveu-se vários eventos de capacitação destinados aos servidores detentores de cargo comissionado e servidores da área de recursos humanos deste Departamento.

Considerando as particularidades do trabalho desenvolvido por este Departamento, a Coordenação de Ensino realizou eventos destinados a qualificação de servidores policiais nas áreas de salvamento e atendimento a acidentes.

Os cursos realizados pelas Superintendências e Distritos ocorrem conforme a necessidade de serviço pertinente a cada regional e são acompanhados pela Coordenação de Ensino, sendo autorizados de acordo com o planejamento anual e com a disponibilidade orçamentária.

A Coordenação de Ensino também realizou e organizou o I Seminário Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, onde qualificou 69 servidores de todas as regionais, desta forma estartando o convênio OIT/DPRF, que consistiu na realização de eventos similares nas diversas regionais, bem como a implementação de serviço mais rigoroso no tange ao Tráfico de Seres Humanos.

Ocorreu a Formação de novos pilotos e operadores de equipamentos especiais da DOA/CGO, para melhoria das guarnições aéreas deste Departamento.

Ressaltamos o Projeto de Ensino a Distância que começou a colher seus primeiros frutos, através do convênio SEAT, e os primeiros passos para a autonomia deste Departamento com a implementação dos Cursos produzidos pelos próprios servidores do órgão.

Para uniformizar as ações de capacitação em todas as regionais realizamos no mês de dezembro, o Encontro de equipe de T&D, para apresentação dos projetos para o ano de 2007 e apresentação das linhas norteadoras para o exercício de 2008.

Apesar dos avanços consideráveis da área de ensino deve-se salientar que para o exercício de 2007 a projeção orçamentária é 50 % (cinquenta por cento) menor que nos anos anteriores, o que dificultará sobremaneira a realização de todo o planejamento para o exercício de 2007.

A Coordenação de Ensino busca promover a formação humana e profissional dos servidores deste Departamento permanentemente, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*, a Coordenação de Ensino Buscou ao máximo a melhoria dos serviços prestados aos clientes internos e externos, produzindo um bom resultado diante das dificuldades apresentadas durante o exercício de 2006.

7. Gestão de Recursos Humanos

A força de trabalho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NM 910001 Policial Rodoviário Federal; pessoal nomeado em Cargos de Comissão; servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios; bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional do DPRF, os trabalhos são realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, em sua grande maioria com forma de execução diária, merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade do ato peticionário, dos processos relativos a concessão de benefícios e vantagens, à aposentadoria e pensão e manutenção da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental, e, em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes. Como forma de apresentação de suas atribuições básicas, a seguir indicadas, estando agrupadas neste relatório em seus processos típicos.

7.1. Quadro de pessoal:

a. Quadro de pessoal por situação funcional

Unidade	Ativo permanente		Aposentado		Cedidos		Inst. de pensão		Requisitado DPRF	Cargo Comissão	FTD
	1	2	1	2	1	2	1	2			
DPRF/Sede	206	37	28	6	12	3	1		1	5	249
1ª SRPRF – GO	395	23	174	5	1		39		1		419
2ª SRPRF – MT	336	10	58	2			21				346
3ª SRPRF – MS	424	2	99				124	12			426
4ª SRPRF – MG	876	56	483	2	2		154	3			932
5ª SRPRF – RJ	822	181	491	63			244	16		1	1004
6ª SRPRF – SP	618	40	353	16				4			658
7ª SRPRF – PR	538	30	227	7			69				568
8ª SRPRF – SC	515	20	234	6			52	2		1	536
9ª SRPRF – RS	809	17	448	11			110				826
10ª SRPRF – BA	620	24	281	9	1		106	2			644
11ª SRPRF – PE	489	10	272	12			87	1		1	500
12ª SRPRF – ES	245	39	148	2			36	2			284
13ª SRPRF – AL	176	13	107	1	1		28	1		1	190
14ª SRPRF – PB	265	21	140	2	1		44	1			286
15ª SRPRF – RN	226	17	120	1	1		23				243
16ª SRPRF – CE	435	21	206	1			61	2		1	457
17ª SRPRF – PI	263	13	95				30		2		278
18ª SRPRF – MA	283	16	86	1			32			1	300
19ª SRPRF – PA	324	27	115	2	1		29		1		352
20ª SRPRF – SE	126	3	90				16				129
21ª SRPRF – RO	234	56	24	6	2		10	3			290
1º DRPRF – DF	176	8	10		4	1	10	1			184
2º DRPRF – TO	127	1	30			1	8				128
3º DRPRF – AM	94	2	12				6				96
4º DRPRF – AP	38	20	2	3	1						58
5º DRPRF – RR	44	10	1								54
Total	9.704	717	4.334	158	27	5	1.340	50	5	11	10.437

1 – Ocupantes do cargo Policial Rodoviário Federal

2 – Ocupantes de cargos diversos do quadro do Ministério da Justiça

FTD – Força de Trabalho: resultado das somas dos ativos Permanente, Requisitados e Cargo em Comissão.

	<i>JAN</i>	<i>FEV</i>	<i>MAR</i>	<i>ABR</i>	<i>MAI</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>
Ativo Permanente	9.075	9.064	9.026	9.019	9.006	9.359	9.788	9.770	9.760	9.755	9.736	9.704
Aposentado	4.281	4.284	4.296	4.319	4.307	4.357	4.327	4.335	4.331	4.328	4.327	4.334
Cedido	24	26	26	25	27	27	28	29	29	28	30	27
Instit. de pensão	1.820	1.820	1.820	1.299	1.302	1.239	1.246	1.255	1.334	1.432	1.350	1.340
Total	15.200	15.194	15.168	14.661	14.642	14.982	15.389	15.389	15.454	15.543	15.443	15.405

b. Quadro de pessoal terceirizado/contratado:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui, atualmente, dois contratos para prestação de serviços de mão-de-obra especializada, quais sejam, os Contratos Administrativos nº 36 e 50/2004, firmado com a Agrosservice Empreiteira Agrícola Ltda., e o Contrato Administrativo nº 09/2002, pactuado com a Reman Segurança Privada Ltda.

O Anexo III contempla a relação de prestadores de serviço dessa natureza na Sede desta Instituição, a qual pode ser sintetizada no demonstrativo abaixo.

EMPRESA	FUNÇÕES	QUANTITATIVO
Agrosservice Empreiteira Agrícola Ltda	Secretários	14
	Auxiliar de Informática	70
	Motoristas	4
	Operador de fotocopiadora	3
	Copeira	6
	Eletricista/Bombeiro	1
	Contador	1
	Jardineiro	1
	Limpeza	25
Reman Segurança Privada	Vigilante diurno	16
	Vigilante Noturno	14
TOTAL Geral		155

7.2. Quadro de cargos comissionados:

Unidade	101.6	101.4	101.3	101.2	101.1	102.3	102.2	FG1	FG2	FG3
DPRF/Sede	1	6	4	27	-	2	1	6	-	26
1ª SRPRF – GO	-	-	1	-	-	-	-	4	7	21
2ª SRPRF – MT	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
3ª SRPRF – MS	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
4ª SRPRF – MG	-	-	1	-	-	-	-	4	18	32
5ª SRPRF – RJ	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
6ª SRPRF – SP	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
7ª SRPRF – PR	-	-	1	-	-	-	-	4	6	20
8ª SRPRF – SC	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
9ª SRPRF – RS	-	-	1	-	-	-	-	4	14	28
10ª SRPRF – BA	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
11ª SRPRF – PE	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
12ª SRPRF – ES	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
13ª SRPRF – AL	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
14ª SRPRF – PB	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17

15ª SRPRF – RN	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
16ª SRPRF – CE	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
17ª SRPRF – PI	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
18ª SRPRF – MA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
19ª SRPRF – PA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
20ª SRPRF – SE	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
21ª SRPRF – RO	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
1º DRPRF – DF	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
2º DRPRF – TO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
3º DRPRF – AM	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
4º DRPRF – AP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
5º DRPRF – RR	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Total	1	6	25	27	5	2	1	90	151	491

Obs. Consta do Anexo IV demonstrativo dos ocupantes de cargos comissionados no âmbito da Sede do DPRF.

7.3. Quantitativo de pessoal cedido e requisitado

SERVIDORES CEDIDOS				
Matrícula SIAPE	SERVIDOR	UNIDADE DE ORIGEM	ÓRGÃO CESSIONARIO	TIPO DE CESSÃO
1094627	1. WILSON PEREIRA RODRIGUES FILHO	DF	PRES. REP.	SEM ÔNUS
1122838	2. SHEILA ETHEL GALVAO VALADARES	DF	CASA CIVIL/PR	SEM ÔNUS
1185058	3. PETERSON SALGADO DE OLIVEIRA	DF	MJ	SEM ÔNUS
1185576	4. CARLOS ANTONIO DE AZEVEDO DANTAS	DF	MJ	SEM ÔNUS
1200200	5. VALFRAN DE ALMEIDA PEREIRA FILHO	DF	MJ	SEM ÔNUS
1320448	6. REGIS ANDRE SILVEIRA LIMANA	DF	MJ	SEM ÔNUS
1371017	7. CINTIA REGINA VASCONCELLOS DA COSTA LIMA	DF	AGU	SEM ÔNUS
1461287	8. GUSTAVO VARGAS DA COSTA	DF	SENASP	SEM ÔNUS
2076046	9. ANDRE CARIUS DA CUNHA	DF	CGU/PR	SEM ÔNUS
1480401	10. ROSELI SOUSA GURGEL DO AMARAL	DF	CASA CIVIL	SEM ÔNUS
0164240	11. MARCIO ANTONIO LOPES	MG	DNIT	SEM ÔNUS
1185473	12. RONALDO RODRIGUES DE MORAES	MG	DNIT	SEM ÔNUS
1078042	13. NEY JOSE ALMEIDA DE OLIVEIRA (*)	PA	Gov. Est./PA	COM ÔNUS
1096311	14. KALINA LIGIA MEDEIROS BORGES	PB	TRE/PB	SEM ÔNUS
1301863	15. HARRISON FERNANDES CORREIA (**)	RN	Gov. Est./PB	COM ÔNUS
1073436	16. LUIZ CLAUDIO SOBREIRA CORREIA JUNIOR	SE	TRE/SE	SEM ÔNUS
1182727	17. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOES	SE	TSE/SE	SEM ÔNUS
0165960	18. ANTONIO EUSTÁQUIO LOPES	DF	DNIT	SEM ÔNUS
1068118	19. MIRIAM CÉLIA ALVAREZ DE ANDRADE	DF	MJ	SEM ÔNUS
1068321	20. LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	DF	SENASP	SEM ÔNUS
1072592	21. NELSON DE SOUSA ROCHA	DF	FUNAI	SEM ÔNUS
1069030	22. FABRÍCIO COLOMBO	DF	MTb	SEM ÔNUS
1072720	23. MARCIA TIRRE CORTINES BARRETTO (***)	ES	DETRAN/ES	COM ÔNUS
1069055	24. FERNANDO MARCOS DE MELO COTTA	DF	CASA MILITAR/PR	SEM ÔNUS
1071995	25. GESSÉ DE ALENCAR	DF	MJ	SEM ÔNUS
1301401	26. ALON DA COSTA ARAGÃO	AP	TRE/AP	SEM ÔNUS
1050249	27. JANE OLIVIA PEREIRA DOS SANTOS VASCONCELLOS	DF	MJ	SEM ÔNUS
0161298	28. ADILSON SILVA SANTOS	DF	PRES. REPÚBLICA	SEM ÔNUS
0160777	29. NARA REGINA DE SIMAS GUIMARÃES	DF	ANEL	SEM ÔNUS
1515785	30. ROBSON SILVA MASCARENHAS	BA	AGU	SEM ÔNUS
0166220	31. JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO	DF	M. Cidades	SEM ÔNUS
1301765	32. RODOLFO CESAR DE ALMEIDA CORREIA	AL	DPU	SEM ÔNUS
0162655	33. EZIO RICARDO BORGHETTI	DF	MJ	SEM ÔNUS

(*) - Existem pendências de ressarcimento relativo aos exercícios de 2006/2007, no valor de R\$ 105.716,24 (cento e cinco mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos). Apesar das tentativas junto ao Governo do Estado do Pará, até o momento, não logramos êxito na regularização do ressarcimento, conforme Ofício nº 354/2006, da 19ª PA..

(**) - Existem pendências de ressarcimento relativo aos exercícios de 2006/2007, no valor de R\$ 46.071,80 (quarenta e seis mil, setenta e um reais e oitenta centavos). Apesar das tentativas junto ao Governo do Estado do Paraíba, até o momento, não logramos êxito na regularização do ressarcimento, conforme Ofício nº 099/2007, da 15ª RN.

(***) - A servidora ficou cedida ao DETRAN/ES, no período de 01/09/2005 a 31/08/2006., retornando ao DPRF em 01/09/2006, não existindo pendências de ressarcimento, conforme informação prestada pela SRH/12ª SRPRF/ES.

SERVIDORES REQUISITADOS		
SERVIDOR	ÓRGÃO CESSIONARIO	TIPO DE CESSÃO
MARCOS ANTONIO BRUNO	FUNDAÇÃO GAÚCHADO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	COM ÔNUS

Observação: Segundo informação da Seção de Recursos Humanos da 9ª SRPRF/RS, encontra-se em pendência o ressarcimento dos meses de janeiro e fevereiro/2007, haja vista que o prazo da requisição expirou-se em 31/12/2006 e até o momento não houve a prorrogação.

7.4. Concessão de benefícios:

Benefício	Recursos dispendidos (R\$)
Auxílio natalidade	5.250,00
Auxílio transporte	185.723,08
Auxílio alimentação	530.914,02
Auxílio pré-escolar	75.905,00

7.5. Controle da folha de pagamentos:

Benefício	Nº servidores beneficiados	Recursos dispendidos (R\$)
Adicional por tempo de serviços	***	89.788,37
Adicional noturno	***	39.694,34
Férias	***	541.749,03
Licença gestante	2	***
Licença prêmio por assiduidade	4	***
Afastamento para casamento	2	***

Dados referente à UPAG 001 - SEDE

7.6. Acompanhamento da folha de pagamentos:

a) Folha mensal:

Mês	Nº servidores beneficiados	Recursos dispendidos (R\$)
Janeiro	322	1.807.009,86
Fevereiro	312	1.718.732,77
Março	319	1.719.341,48
Abril	319	1.889.388,63
Mai	318	1.900.813,81
Junho	419	2.492.950,72
Julho	314	1.872.796,85
Agosto	318	1.981.329,49
Setembro	318	2.017.886,99
Outubro	325	2.004.686,02
Novembro	376	3.975.852,95
Dezembro	330	2.695.146,54

Dados referente à UPAG 001 - SEDE

- b) Folha suplementar: Não houve folha suplementar no exercício de 2006, para esta UPAG.
- c) 28,86%: pagamentos efetuados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- d) 3,17%: pagamentos efetuados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.7. Informação sobre encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento.

Esclarecemos que está em fase final, a regularização dos processos de ADMISSÃO e DESLIGAMENTO dos servidores deste Departamento, sendo que, no ano de 2006, foram analisados pelas equipes auditoras da CGU, todos os atos que já se encontravam cadastrados no SISAC.

Quanto aos atos de aposentadorias e pensões, esclarecemos que esta Coordenação-Geral tem dispensado esforços no sentido de regularizar o cadastramento de todos os atos no Sistema SISAC e que no ano de 2006, as equipes auditoras da CGU avaliou vários atos que estavam cadastrados no SISAC.

Veja a seguir quadro demonstrativo dos atos analisados pela CGU, no exercício de 2006:

<i>Tipo de ato</i>	<i>Quantidade de atos</i>
Aposentadoria	492
Pensão	179
Admissão	3212
Total	3.883

Esclarecemos, ainda, que a CGU não avalia atos de demissão, sendo competente para proceder a análise desses atos o Tribunal de Contas da União. Esclarecemos, por oportuno, que esta Coordenação-Geral ainda não recebeu nenhuma equipe do TCU para análise de atos de desligamento.

Atualmente, existem 1.270 atos de aposentadoria e 353 atos de pensão cadastrados no SISAC aguardando parecer da CGU.

8. Gestão Administrativa

As atividades concernentes à seara administrativa, orçamentária e financeira são confiadas à Coordenação-Geral de Administração, no âmbito da Sede do Departamento, à Seção Administrativa e Financeira, no âmbito das Superintendências Regionais, e ao Núcleo Administrativo e Financeiro, nos Distritos Regionais.

No exercício de 2006 foram alcançadas metas valiosas nessa área de atuação, merecendo especial destaque a realização do III Encontro Nacional da Área Administrativa e Financeira que propiciou a implementação de uma maior padronização dos procedimentos adotados em cada Unidade Gestora.

A despeito das restrições de ordem orçamentária, de todos conhecidas, a busca pela excelência no emprego dos recursos públicos possibilitou que o Departamento apresentasse, ao final do exercício uma execução de 98,57% do montante de recursos efetivamente disponibilizados.

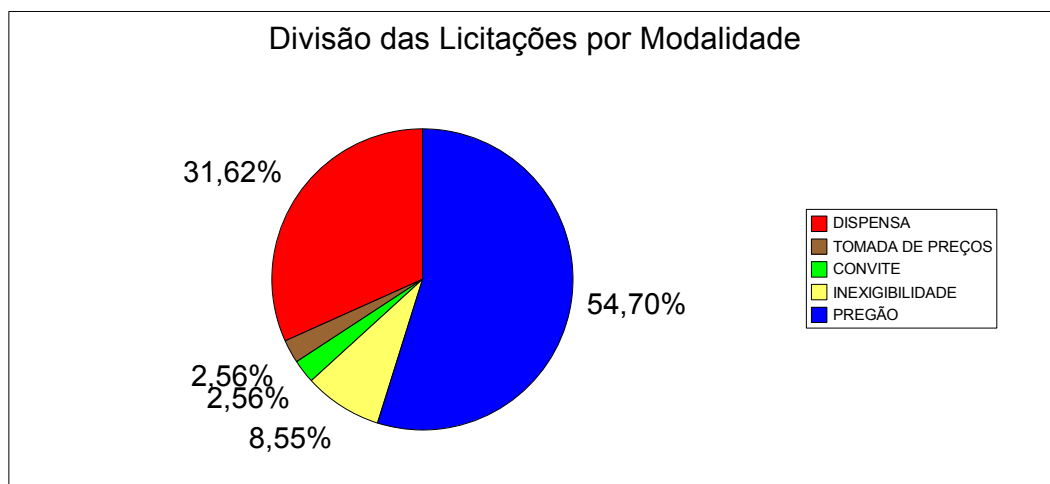
Assim, relacionamos abaixo alguns aspectos pontuais concernentes a atuação da Coordenação-Geral de Administração ressaltando, entretanto, que em razão da própria natureza das ações desenvolvidas, os resultados da atuação inerente à seara administrativa, orçamentária e financeira podem ser visualizados nas atividades apresentados por cada área de atuação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

8.1. Gestão do suprimento de bens

Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, a Administração da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal priorizou a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia.

De um total de 117 certames, incluídas as contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, 54,70 % destas foram por meio de pregões. O Anexo V contempla relatório detalhado das licitações e contratos efetuados no exercício de 2006 e o Anexo VI as contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação.

A distribuição das licitações por modalidade pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo:



Estas licitações geraram um total de 89 Contratos Administrativos, que somados perfazem o montante de R\$ 50.717.890,82 (cinquenta milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).

Destaca-se, ainda, que o Departamento, além de oferecer treinamento aos gestores nomeados para a fiscalização de cada um dos Contratos, mantém na Divisão de Gestão Documental e Normatização da Coordenação-Geral de Administração a centralização das apurações de descumprimentos às condições pactuadas na contratação.

Nesse sentido, no exercício de 2006, foram instaurados 38 processos referentes a análise de solicitações de prorrogação de prazos de execução e apuração de possíveis descumprimentos contratuais, resultando na imposição de 02 advertências e imposição de multas a 19 empresas, o que totalizou o montante de R\$ 565.187,73 em sanções aplicadas.

Tal medida visa que a aplicação de recursos públicos no âmbito da Sede do Departamento atinge os graus de efetividade desejados ao cumprimento dos objetivos colimados no procedimento licitatório.

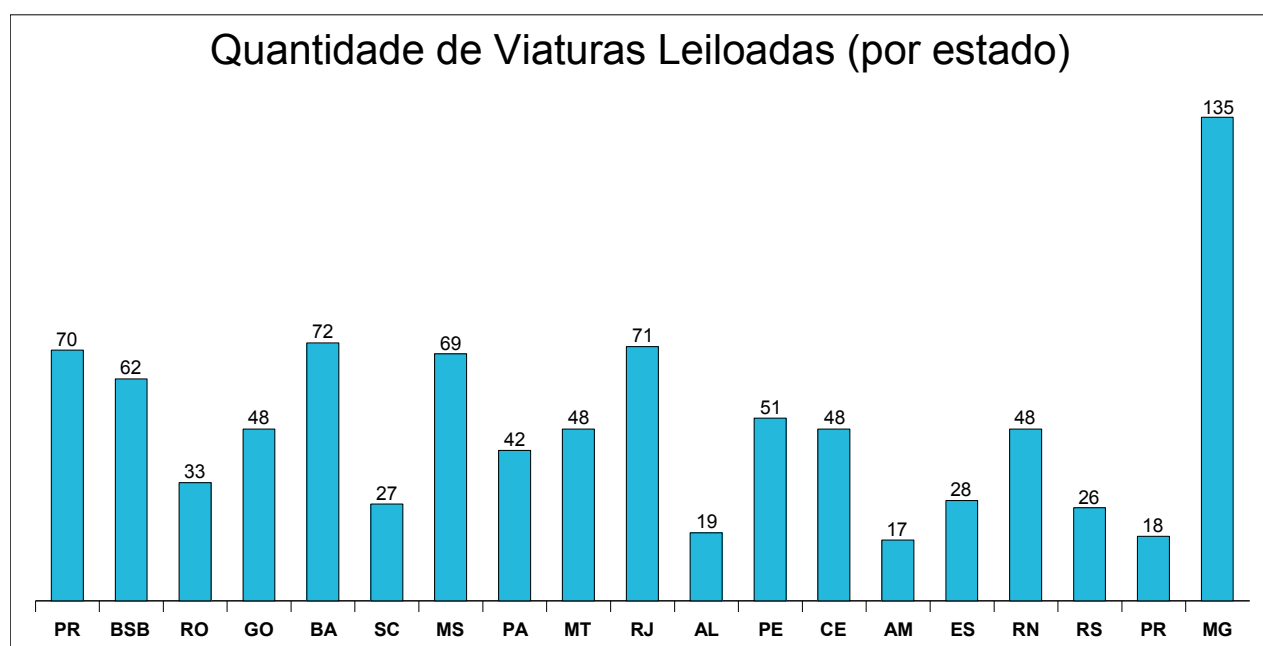
Por fim, ressalta-se o contido no Anexo VII que contem a consolidação do Resumo de Movimentação Anual do Almojarifado – RMMA e do Relatório Periódico de Bens Móveis – RPM.

8.2. Desfazimento de veículos oficiais inservíveis ou antieconômicos

Merece destaque a política implementada pelo Departamento no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota.

Cabe ressaltar que os aludidos leilões contaram com forte participação da sociedade, o que demonstra o sucesso do modelo adotado para desfazimento desses bens, razão pela qual encontra-se em fase de estudo a implementação dessa forma de desfazimento para outros bens igualmente inservíveis ou antieconômicos.

No exercício de 2006 foram realizados 19 leilões administrativos nas diversas unidades desconcentradas do DPRF totalizando a alienação de 932 veículos e arrecadação de R\$ 6.704.633,61, conforme demonstrativo abaixo.



8.3. Perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido

NOME DO RESPONSÁVEL: JOSÉ FERNANDO COELHO		CPF: 057.419.041-49
CARGO: ECONOMISTA	FUNÇÃO:	MATRÍCULA: 0162215
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR SE DEU: O EQUIPAMENTO, DOADO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, FOI RECEBIDO E CONFERIDO NA 6ª SRPRF/SP E TRANSPORTADO PARA A SEDE DO DPRF, ONDE FOI DESCARREGADO E ARMAZENADO NO ALMOXARIFADO. POSTERIORMENTE, FOI VERIFICADO QUE ALGUNS DOS MATERIAIS HAVIAM SIDO EXTRAVIADOS.		
DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: 01 (UM) NOTEBOOK MARCA COMPACT; 02 (DUAS) CALCULADORAS HP48G; 04 (QUATRO) CALCULADORAS FINANCEIRAS HP/12C.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: FOI INSTITUÍDA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA COM VISTAS A APURAR OS FATOS. AS QUANTIDADES DOS MATERIAIS DOADOS ESTAVAM ESPECIFICADAS NO ATO DE DESTINAÇÃO DE MERCADORIA – ADM 935 E 1093.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: O SERVIDOR OPTOU PELA REPOSIÇÃO DO MATERIAL POR OUTRO COM AS MESMAS CARCTERÍSTICAS.		
VALOR RECOLHIDO: VALOR TOTAL R\$ 1.680,00	DATA DO RECOLHIMENTO: O MATERIAL FOI REPOSTO AO ACERVO PATRIMONIAL NOS DIAS 20.07.2006 E 19.09.2006.	

8.4. Pagamento de diárias:

No exercício de 2006 foram dispendidos, no âmbito da Sede do DPRF, R\$ 863.287,48 concernentes ao pagamento de diárias a servidores. No que tange a diárias iniciadas no final de semana, ou seja, sexta-feira e sábado, ou feriado, foram executados, respectivamente, R\$ 56.866,78, R\$ 87.989,48 e R\$ 29.115,56. Tais deslocamentos estão detalhados no demonstrativo constante do Anexo VIII.

9. Planejamento Institucional

9.1. Macro-objetivos 2006-2008

No exercício 2006 um novo modelo de planejamento das ações dentro do Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi instituído. Com a participação de todas as áreas da instituição foi elaborado um documento com a finalidade de organizar e dar as diretrizes das ações a serem executadas para o triênio 2006-2008. O documento final dos trabalhos realizados foi oficialmente instituído através da Portaria nº 58, de outubro de 2006, do Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O documento é intitulado Macro-Objetivos 2006-2008, anexo IX. Este documento é a base que será usada para todo o planejamento da instituição para os próximos anos, aprimorando o planejamento estratégico do Órgão. Ocorrerão revisões semestrais no documento de forma a avaliar o andamento do plano e adequação a novas situações que por ventura venham a acontecer e que demandem um novo alinhamento no planejamento.

Os Macro-Objetivos definidos são quatro:

1. Participação Social, cujo objetivo principal é criar mecanismos para a promoção da responsabilidade social, integrando as camadas mais afetadas pelas ações da Instituição.

2. Reestruturação Institucional, cujo objetivo principal é realizar uma reestruturação que não implique exclusivamente em uma mudança na estrutura organizacional, mas uma redefinição de suas competências e papel junto à sociedade.

3. Gestão de Pessoal, cujo objetivo principal é implementar mecanismos de valorização e fortalecimento dos entes corporativos, desde o ingresso de novos servidores e implementação de regras que possibilitem o crescimento gradativo de seus membros dentro da estrutura organizacional, até a qualificação e requalificação de seu quadro.

4. Modernização e Integração Logística e Tecnológica, cujo objetivo principal é consolidar e integrar as tecnologias, buscando a eficiência e eficácia dos recursos investidos na área e implementar uma estrutura física externa e interna que beneficie aos servidores e usuários das instalações da Instituição.

9.2. Análise da execução do planejamento do exercício 2006

Para a execução do orçamentário e financeiro disponibilizado através da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 – a Instituição procurou implantar no 2º semestre de 2005 uma metodologia de captação de demandas, através da identificação dos problemas enfrentados em cada ação dos programas que a instituição gerencia. O encaminhamento destas necessidades por parte dos coordenadores de ação obedeceu a formulação de objetivos, indicadores, metas e planos de ações alinhado com os objetivos e produtos de cada ação e com os objetivos e indicadores dos programas aos quais estão vinculados.

No que se refere a execução deste planejamento, pode-se avaliar que ainda há muito o que se fazer para o bom funcionamento da metodologia. Quanto aos aspectos de execução financeira, os resultados são satisfatórios. O controle da aplicação financeira e do efetivo atendimento das atividades ocorreu quase em sua totalidade, mostrando um avanço considerável em relação ao ano anterior.

A gestão e o controle ficaram mais próximos da área executora, facilitando o atingimento das metas para os produtos das ações. O acompanhamento sistemático através da ferramenta disponibilizada pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, foi de grande utilidade para a instituição, sendo um dos mecanismos amplamente utilizado para o monitoramento das ações do órgão e transparência junto a sociedade, pois todas as informações são captadas através do portal da Transparência do Ministério da Justiça.

10. Gestão Correicional

10.1. Apuração de denúncias recebidas

Foram registradas um total de 1.949 denúncias autuadas em 2006, junto às Unidades de Corregedoria e um total de 1.560 procedimentos apurados e encerrados no mesmo período, os quais constam do Relatório de Correição encartado no Processo de Tomada de Contas Anual.

10.2. Análise da consecução das atividades correicionais

A Corregedoria-Geral, conforme descrito no Relatório de Avaliação Planejado/Executado 2006 encaminhado à Direção-Geral no final do referido exercício, realizou diversos esforços visando dinamizar a atuação da seara correicional do DPRF e melhor cumprir suas competências regimentais. Esforços estes que geraram, em muitos casos, resultados significativos. Entre as ações que ilustram tais esforços, cite-se: o desenvolvimento de ferramentas auxiliares de gerenciamento de dados e informações correicionais; realização de forças-tarefas em apoio a algumas unidades correicionais regionais; cessão de servidores para atuarem em atividades correicionais no estado; realização de encontro nacional com participação de todas unidades correicionais; implementação de medidas mais rígidas de controle de recursos; ações de capacitação e de fortalecimento do quadro de servidores de Corregedoria; ações correicionais preventivas desencadeadas em algumas regionais apoiadas e incentivadas pela Corregedoria-Geral; maior difusão dos canais de comunicação entre a Corregedoria do DPRF e a sociedade; normatização de atividades e procedimentos de correição.

Buscou-se ainda a efetivação de outras ações, que, por fatores diversos, entre os quais a insuficiência de recursos financeiros, não foram totalmente executadas. Ações essas que, dado a sua relevância, a Corregedoria-Geral continuará buscando implementá-las. Entre estas, cite-se a conclusão do sistema nacional informatizado de Corregedoria do DPRF, a dinamização e fortalecimento dos Núcleos de Assuntos Internos das unidades correicionais, realização de maior número de Inspeções Sistemáticas em unidades operacionais do DPRF, e escoamento da demanda processual reprimida nas Corregedorias, a qual ainda se encontra em quantitativo muito elevado e em número um pouco maior do que no final do exercício anterior.

Sobre essa última informação, referente a grande demanda processual reprimida, apesar de os esforços do DPRF não terem sido suficientes para baixar o número de processos existentes nas Corregedorias, conseguiu-se atingir um número de instaurações próximo ao do exercício anterior dispondo-se apenas de um montante de recursos 40% menor que o disponível em 2005 (aproximadamente R\$ 1.000.000,00 contra R\$ 1.800.000,00). Em 2006, a Corregedoria-Geral conseguiu instaurar um volume de procedimentos cujo quantitativo corresponde a quase 97% do número de processos instaurados no ano de 2005.

Ainda referente ao exercício de 2006, faz-se oportuno registrar o número de 06 demissões, 74 suspensões e 17 prisões, realizadas a partir de trabalhos promovidos pela Corregedoria do DPRF.

11. Processos de Controle

11.1. Atuação do Tribunal de Contas da União

11.1.1. Providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU expedidas no exercício

- Ofício nº 552/2006-TCU/SECEX-3: requer que sejam relatadas as providências já tomadas e as a serem adotadas para atendimento ao disposto no item 9.3 do Acórdão 229/2006-TCU-2ª Câmara, bem como solicita informações quanto ao conhecimento de eventual sentença judicial proferida em favor da Srª Eliney Socorro Furtado. As informações foram encaminhadas pelo Ofício nº 142/2006-CGA/DPRF e Memorando nº 465/2006-CGRH/DPRF, de 17/07/2006, oportunidade em que se assinalou a existência do Mandado de Segurança nº 1997.01.00.037800-8/MT, no qual a servidora teve a segurança concedida em primeiro grau e negada pela 2ª Turma do TRF da 1ª Região, bem assim da Ação Declaratória nº 2006.36.00.005462-6, na qual houve decisão judicial determinando que não se proceda o desconto de qualquer valor na remuneração da servidora.
- Ofício nº 345/Dv: solicita informações acerca do andamento da Tomada de Contas Especial nº 08.650.006.208/2005-1. Resposta conforme Ofício nº 146/2006-CGA/DPRF, de 19/07/2006, que encaminhou a NOTA CCONT/DPROG/SE/MJ Nº 007/2006, informando que o aludido processo tomada de contas estava em fase final de análise por parte daquela área contábil e, após, seria encaminhado à 3ª SRPRF-MS para que fosse anexado ao processo de tomada de contas anual posto se tratar de TCE Simplificada.

11.1.2. Demonstrativo sintético de TCE Simplificadas.

Não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais Simplificadas no exercício de 2006.

11.1.3. Demonstrativo sintético de TCE.

No exercício de 2006 foi instaurada, no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, uma comissão de Tomada de Contas Especial, conforme Portaria CGA nº 21, de 26 de janeiro de 2006, em razão do contido no Despacho CAD/CJ nº 185/2000 constante dos autos nº 08.003.000.307/1999-60, somada à determinação exarada do Ministério Público Federal.

O demonstrativo de débitos, assim como os dados dos possíveis responsáveis apontados no Relatório Conclusivo do Colegiado Tomador de Contas constam do Anexo X.

11.1.4. Demonstrativo sintético de TCE que, antes de encaminhamento ao TCU, o dano foi ressarcido

Não foram registradas ocorrências dessa natureza no exercício de 2006.

11.2. Atuação da Secretaria Federal de Controle Interno

Com referência ao processo de prestação de contas, houve diligência da Controladoria-Geral da União nas Unidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal objetivando o acompanhamento dos atos e fatos de gestão e para verificação quanto à implementação das recomendações propostas através do relatório de auditoria nº 170971, conforme pode ser verificado nos dados constantes do Anexo XI – Plano de Providências.

Conclusão

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral, aqui compreendidos os das Unidades Regionais, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

Compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, totalizando cerca de 69 mil quilômetros. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar com satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelo programa “*Segurança Pública nas Rodovias Federais*”.

Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, o DPRF no exercício 2006 obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, o Departamento se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2006 o DPRF foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão foram concretizadas, tanto com a diminuição do número de acidentes, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi em 2006 a Instituição de Segurança Pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2006, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública. Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, a crimes contra o patrimônio foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, e que contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

O exercício de 2006 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando para a verdade e a justiça.